

Mandato 2017/2021

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela Realizada no dia 22 de fevereiro de 2018 Ata N.º 4

No dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS — Autorização prévia nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso);

PONTO TRÊS – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo; Proc^o: E-148/85; Local: Pinhal Novo;

PONTO QUATRO – Constituição da Associação Universidade Sénior de Palmela – Participação Municipal (com revogação da deliberação de 06/09/2017);

PONTO CINCO – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela;

PONTO SEIS - Constituição de Comissões de Trabalho da Assembleia Municipal;

PONTO SETE — Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Juventude de Palmela;

PONTO OITO – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Local de Mobilidade;

PONTO NOVE – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela;

PONTO DEZ – Eleição de Representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela;

PONTO ONZE — Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela;

PONTO DOZE — Eleição de Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

PONTO TREZE – Eleição de Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires;



- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- · Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.



Verificou-se ainda a seguinte ausência.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

• Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

• **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, fazendo-se substituir pela **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires**, que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires da CDU**, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras Srs. Vereadores, Caras e Caros Munícipes presentes, Sras. e Srs. Jornalistas, Caros Trabalhadores da Câmara Municipal boa noite a todos. Vamos dar início à nossa sessão e queria saudar-vos nesta nossa Assembleia que é a primeira do novo ano de dois mil e dezoito, apesar de o Ano Novo parecer que já está muito longe, mas para nós é a primeira reunião do ano e embora um pouco tardiamente não deixo de desejar a todos que este seja um ano produtivo nos nossos trabalhos."

Período de Intervenção dos Munícipes

A Sra. Presidente da Mesa:

"Para iniciar os nossos trabalhos, eu gostaria de lembrar todos os presentes que estando nós numa reunião ordinária temos um período em que há lugar à intervenção de munícipes, pelo que gostaria de perguntar, antes de continuarmos os nossos trabalhos, se algum dos presentes quer usar da palavra?"



Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A Sra. Presidente da Mesa:

"Então vamos continuar e vamos passar ao período de intervenção dos Srs. Membros da Assembleia, mas, antes disso, eu gostaria de tratar de alguns aspetos de ordem mais formal da nossa Assembleia para não os deixar passar.

Bem o primeiro é dizer-vos que temos à nossa disposição a Ata número dois, de vinte e nove de novembro de dois mil e dezassete, e eu queria perguntar se há questões a colocar sobre esta ata antes de a submeter à votação.

Tem a palavra o Partido Socialista José Carlos Sousa, favor, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Caríssimos Membros da Assembleia, público presente, boa noite a todos.

As notas que temos, ou que eu tenho, sobre a ata têm a ver com algumas omissões, mas são omissões de linguagem, nomeadamente na última página, eu depois faço-vos chegar, está bem? Não é nada de relevante, votaremos favoravelmente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, sim senhor.

Outras questões sobre a ata? Não havendo questões de fundo, então o que proponho é que se houver pormenores que identifiquem que os façam chegar.

Então vamos votar a Ata número dois, de vinte e nove de novembro."

A Ata número dois, de vinte e nove de novembro de dois mil e dezassete, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ainda antes de continuarmos, justamente para que todos fiquemos situados na ordem de trabalhos, eu gostaria de propor à Assembleia a retirada de dois pontos desta nossa ordem de trabalhos, que já passo a explicar quais são e o porquê, e este assunto, isto é, sempre que surge alguma necessidade, por alguma razão identificada por alguém, mormente pela Mesa, mas, eventualmente, por Membros da Assembleia, de se retirarem pontos que estão previamente identificados na nossa ordem de trabalhos, isso deve ser feito sempre antes de se entrar na própria ordem de trabalhos e tem que ser validado pela Assembleia. Isto é, se



não houver uma maioria que aceite a retirada dos pontos eles não podem ser retirados, está claro que todos?

Pronto, então, os pontos cuja retirada eu proponho são os pontos cinco e seis. O ponto cinco é sobre a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal e o ponto seis é sobre a Constituição de Comissões Trabalho da Assembleia Municipal, que é um ponto que decorre do anterior, isto é, é o Regimento que estipula ele próprio, que contém ele próprio, a possibilidade de criação de comissões e não estando nós em condições de aprovar o Regimento, automaticamente não podemos aprovar as comissões e eu queria explicar-vos porque é que isto acontece.

Nós constituímos no quadro da Assembleia um grupo de trabalho informal, mas constituído por representantes de todas as bancadas, para trabalhar sobre este tema, o tema da revisão do nosso Regimento. Este grupo foi funcionando, houve, e há, muitas propostas, umas mais substantivas, outras mais de forma, mas, como é evidente, enfim, nenhum de nós está com tempo dedicado a própria Assembleia e, portanto, revelou-se um trabalho difícil de concretizar no tempo que tínhamos e que conseguisse conciliar ou juntar as disponibilidades de todos.

Nesse sentido, e porque requer também uma validação pelo próprio Gabinete Jurídico da Câmara a quem pedimos apoio, etc., para ter a certeza que o documento que aqui vamos trazer é um documento completo e de preferência já sem aspetos que não estejam devidamente validados, sem lapsos, para termos a certeza que isso acontece em condições e não tendo concluído o documento até à semana passada, que já era um tempo um bocadinho apertado do ponto de vista formal mas que ainda assim poder-se-ia considerar um tempo válido para o submeter a esta Assembleia, a minha proposta é que nós retiremos o ponto hoje, que concluamos com mais calma no seio do grupo de trabalho a sua revisão e que façamos uma reunião da Assembleia Extraordinária durante o mês de março especialmente para esse assunto. Eu digo especialmente e não exclusivamente, porque não tenho a certeza se, entretanto, por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara até pode vir a suscitar que algum outro assunto seja submetido a essa nossa reunião, mas, no imediato, aquilo que identificava era uma reunião que teria como tema principal a discussão e aprovação do Regimento e a criação das Comissões para o pleno funcionamento desta Assembleia.

Esta é, e já agora adianto, desculpem, isto não tem que ser votado, a minha proposta é que a nossa reunião extraordinária possa ter lugar no dia quinze de março, é uma quinta-feira para manter um bocadinho a nossa lógica de dias de reunião, e depois durante o mês de abril não sei quando, ainda, naturalmente, haverá lugar a reunião ordinária que acontece por definição durante o mês de abril e que terá, provavelmente, a Conta de Gerência, o Relatório de Atividades e Contas, para ser discutido e votado e, como normalmente, será sempre uma reunião pesada. A reunião de abril um pouco à semelhança da reunião de dezembro, enfim, a gente espera que não vá até às seis da manhã, outra vez, isto é só um parenteses, mas pronto, é uma reunião pesada e, também, por essa razão e para não estarmos a atrasar o Regimento mais um mês, é por isso que eu proponho uma reunião extraordinária para o dia quinze de março.

Então isto são as informações, na verdade o que temos todos que votar, deliberar, é a minha proposta de retirada dos pontos cinco e seis. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar.

Submetida a votação, a retirada do Ponto Cinco da Ordem do Dia, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, duas do MIM e duas do BE).

Submetida a votação, a retirada do Ponto Seis da Ordem do Dia, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, duas do MIM e duas do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:



"Cumprido este formalismo, também, estamos com a ordem de trabalhos aprovada e vamos retomar o nosso funcionamento normal e, neste período antes da ordem do dia, eu devo igualmente submeter à vossa consideração os sequintes temas que aqui foram apresentados.

Temos de uma Moção sobre o "Dia Internacional da Mulher" apresentada pela CDU, temos Recomendações do Bloco de Esquerda, temos um Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista e uma Saudação também pelo Partido Socialista e, depois, temos outros assuntos.

Só uma nota, para a Assembleia normalmente votamos a admissão de todos os pontos, certo? Admitimos que tudo seja discutido, depois o conteúdo é que cada um, naturalmente, toma a sua posição, pode acontecer que por questões de princípio alguma matéria nós possamos não assumir a sua entrada na reunião, está bem? Isto é só um parenteses."

Moção CDU "Dia Internacional da Mulher"

Tomou a palavra a **Sra. Rute Trindade** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão desta Moção, sobre este tema alguém deseja usar da palavra?

Não havendo intervenções, peço desculpa, tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira. Por favor."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todos e todos os presentes.

Sobre a Moção que a CDU nos traz hoje aqui, eu estou totalmente de acordo e devo dizer que a Bancada do Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta Moção, só tenho um reparo a fazer em relação à Moção.

A Moção abrange temas diversos que dizem respeito ao dia das mulheres, aos direitos das mulheres, e fala, também, da violência doméstica mas, depois, não concretiza no final quando apelam à eliminação das diversas formas de precariedade laboral, pela criação de Plano Nacional de Combate à Discriminação da Função da Maternidade e Paternidade. De acordo com isso tudo, mas depois falta aqui a violência doméstica e não podemos esquecer que o concelho de Palmela, num passado recente, teve casos de violência doméstica em que resultaram de morte das mulheres, portanto, faltava aqui no final desta Moção concretizar também a violência doméstica e apelar ao fim da violência doméstica no concelho de Palmela. Disse, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Tem agora a palavra Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.



Uma nota, só tudo o que se escreva a este nível, ou que se diga, é sempre pouco para conseguir refletir, enfim, o apreço e a necessidade que existe para se poder defender quem não tem a possibilidade de o fazer de "per si".

Tem sido feito um longo caminho nesta vertente quer as Secretarias de Estado da Igualdade, quer a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, têm feito sair legislação durante esta legislatura que tem tentado, de alguma forma, colmatar algumas das dificuldades que eram sentidas por todos os que estamos no terreno e sentimos estas dificuldades e estas necessidades todos os dias, diria eu.

A linguagem, estávamos aqui há bocadinho a conversar, enfim, poderia, eventualmente, ser aqui um bocadinho colocada de outra forma, eventualmente a questão da violência doméstica será outro patamar que não entra aqui no meu entender e, portanto, entendendo aqui a forma como a CDU fez a apresentação, mas aquilo que aqui está não nos merece qualquer reparo e votaremos favoravelmente.

Muito obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Antes de continuar com a Bancada do PS, dou a palavra ao PSD/CDS por favor."

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sim, boa noite a todos.

Eu tenho aqui uma dúvida relativamente a esta Moção, na parte que toca à prostituição eu fiquei sem perceber qual o objetivo. Isto é para liberalizar a prostituição ou para criminalizar a prostituição?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"É uma questão, não é?

Antes de dar a palavra à Bancada da CDU, dou novamente a palavra à Bancada do PS, Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

Muito boa noite a todos.

Muito obrigado Sra. Presidente, quero apresentar-lhe os meus cumprimentos, bem como à Secretária e o Secretário dessa prezada Mesa, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos caros colegas da Assembleia, à Presidente e Presidentes da Junta, aos técnicos da Câmara hoje aqui em exercício de funções, à Comunicação Social e ao público presente a assistir a esta esta sessão.

Eu vou ser muito rápido, dizer três ou quatro palavras sobre a violência doméstica que é uma coisa que até me custa falar, e uma das palavras pode chocar as pessoas, mas eu quero que fique exatamente em ata, como vou dizer. Todo o homem que maltrate ou agride uma mulher, aqui ou em qualquer parte do mundo civilizado, é um merdas.

Muito obrigada, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Penso que a Bancada da CDU quer responder às questões, eventualmente, Rute."

A Sra. Rute Trindade da CDU:



"É só porque a bancada da CDU falámos entre nós, depois de ouvir as intervenções, e nós assumimos meter no último ponto, acrescentar um ponto, dizendo: "Pelo fim da violência doméstica não só no concelho de Palmela, mas no mundo."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Não sei se quer acrescentar alguma coisa sobre a questão colocada acerca da visão sobre a prostituição?

Está respondido, acho que a questão está tratada, está no texto.

Então vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Requerimento BE "Situação do CROA - Centro de Recolha Oficial de Animais"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vamos continuar, tenho aqui um requerimento do Bloco de Esquerda não vai ser votado, a Mesa aceita-o e encaminha, de qualquer modo se quiser apresentá-lo, por favor, tem a palavra."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Este requerimento visa precisamente aferir junto da Câmara Municipal de Palmela, a situação atual do Centro de Recolha de Animais de Palmela, o "CROA", a sigla é o CROA, tanto mais que é um problema que assiste o concelho de Palmela, na medida em que, por exemplo, ainda há pouco tempo foi notícia do apoio da Junta de Freguesia, da União de Freguesias de Poceirão/Marateca, à Associação "O Cantinho da Milú", que é uma associação sem fins lucrativos que recolhe animais abandonados e que tem, digamos, pouco apoio tanto de particulares, como até do município, para tantos animais que recolhe.

O Sr. Presidente já está a abanar a cabeça em modo negativo mas, pronto, eu aqui queria perceber, também, a visão ou qual é a opinião do concelho em relação a este ponto. De qualquer modo queremos saber qual é a política do município em relação a este tema.

Disse, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

O tema está apresentado, se o Sr. Presidente da Câmara, entender abordá-lo na sua intervenção fá-lo-á, senão a partir do momento em que assume a figura de Requerimento é encaminhado a Câmara e será tratado como tal."



Recomendação BE "Alteração trajeto do Circuito Urbano de Pinhal Novo"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ainda do Bloco de Esquerda, eu costumo intercalar, mas pela natureza dos assuntos acho que se justifica desta vez que faça assim, há uma outra proposta, esta sim, pelas suas características deve ser, enfim, votada na Assembleia e tem que se submeter a sua admissão. É uma proposta de Recomendação à Câmara sobre acessos e mobilidade em determinada zona do concelho.

Pergunto à Assembleia se podemos aceitar?"

Colocada a proposta de Recomendação à admissão foi a mesma admitida, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"O tema é admitido e pedia ao Bloco de Esquerda que o apresentasse.

"Quer intervir? É uma questão de metodologia? Diga, se faz favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"É uma questão formal.

Proposta de recomendação, é proposta ou é recomendação? Era isso que eu gostava de ver aqui esclarecido."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim, senhora.

Uma proposta por definição consta da nossa ordem de trabalhos, não é, portanto, aqui, eu acho que tem que ser uma Recomendação que é votada e que é aprovada, ou não, mas é uma Recomendação.

O seu entendimento qual é? O vosso entendimento neste caso qual seria?

Estamos naquele capítulo das coisas que o nosso Regimento ainda não resolveu."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"No nosso entendimento as Recomendações de um grupo, ou de um partido, ou de um movimento, são Recomendações de "per si", a não ser que a Assembleia abarque a Recomendação como geral não será sujeito a votação, na nossa opinião."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Remeto a leitura do atual Regimento, artigo décimo, número dois, alínea c), apresentar propostas de Recomendação e Pareceres, Moções e Requerimentos, e se está no pacote das Moções e dos Requerimentos tem que ser votado. É o meu entendimento, mas posso estar enganado, claramente, mas é o que está aqui temos tempo de mudar."



A Sra. Presidente da Mesa:

"A minha hesitação teve que ver justamente com isso, ou seja, eu procurava distinguir os temas que eram sujeitos votação e a admissão, iam ser admitidas, procurava distingui-los e muitas vezes fiz isso até relativamente, por exemplo, a requerimento do PSD/CDS, que eu não os admitia como temas a discutir aqui e aceitava-os encaminhando para a Câmara ou encaminhando, como entendia, como achava que deviam ser.

Nós nesta discussão que estamos a fazer do Regimento caminhamos para um entendimento diferente e para a ideia que tudo deve ser discutido aqui e, portanto, foi por esta razão que eu dei a palavra ao Bloco de Esquerda para o apresentar e faço a sugestão de que apresente, realmente o conteúdo, e a Assembleia decide a seguir se o vota ou se a Mesa aceita e remete à Câmara Municipal.

Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Obrigado, mais uma vez, Sra. Presidente.

Trata-se de um assunto premente nesta altura, tanto mais que é inegável por todos os residentes da vila de Pinhal Novo que o circuito urbano de transporte público é uma grande vantagem para a população. Contudo, e não podendo o circuito de passar em todas as ruas, há zonas do Pinhal Novo que devem ser melhor servidas por este serviço e aqui a intenção do Bloco de Esquerda na sequência de conversas que foram havendo com munícipes que residem naquele enclave entre as linhas de comboio, uma que se dirige para sul que vai na direção de Casa Branca e Évora e a outra que se dirige para Setúbal, estão limitados na sua acessibilidade, ou mobilidade, o termo melhor usado, para aceder aos serviços da vila do Pinhal Novo tanto mais os serviços da Loja do Cidadão, da própria Junta de Freguesia, do cemitério, serviços de comércio, à estação do caminho-de-ferro do Pinhal Novo.

Nós propomos, ou recomendamos, à Câmara que ao ter o trajeto deste circuito urbano de modo a que ele passe na rua Diogo Cão e na rua Pedro Álvares Cabral, e que tenha aí uma paragem na interseção destas duas ruas que acabei de referir porque ela é o ponto mais próximo dos residentes que moram na rua das Amendoeiras e na rua do Alentejo, daí o sentido desta Recomendação.

Disse, Sr. Presidente.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia eu acho que, tendo em conta o tema em concreto, o Bloco de Esquerda apresenta a sua Recomendação, o termo deve ser este Recomendação e não Proposta de Recomendação, nós aceitámos que o tema fosse apresentado à Assembleia, como é normal, e a Recomendação é remetida à Câmara Municipal, não vejo necessidade de a votarmos, está bem?

Então passamos o tema seguinte.

Voto de Pesar PS "Edmundo Pedro"

Tomou a palavra a **Sra. Ana Elísia Monteiro** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apensa à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.



A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre este voto?

Tem a palavra a CDU, Sr. Membro da Assembleia, Joaquim Pires."

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Boa noite a todos, Sra. Presidente e demais presentes.

A bancada da CDU acompanha, naturalmente, o Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista.

Edmundo Pedro, um cidadão português que como muitos outros entregaram a sua vida pela luta pela liberdade, pela fraternidade, contra o fascismo e contra as desigualdades e as atrocidades cometidas por esse regime, muitos outros cidadãos portugueses seguiram esse caminho e pagaram com a própria vida essa luta pelos seus ideais.

Pela notícia, infelizmente, e pelo teor do texto a Bancada da CDU acompanha e associa-se a este Voto de Pesar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada.

Tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu há pouco esqueci-me de cumprimentar todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente, porque estava ali naquela questão formal da Recomendação, em todo o caso, perante isto, porque também estamos solidários quanto com o Voto de Pesar (e aí temos sido coerente ao longo dos anos, independentemente de as pessoas em causa não serem da nossa "cor política", ou filiação, ou até de não concordarmos com tudo o que é dito nesses votos). Neste caso também e afirmamos ainda que a luta pela liberdade e contra as ditaduras continuamos nós a fazê-la também no século XXI, porque elas existem e nós temos tido também a coragem, nesta Assembleia, de as referir aqui e ser contra essas ditaduras. Portanto, ou de esquerda ou de direita, somos coerentes porque condenamos umas e outras. Votaremos pois, favoravelmente este Voto de Pesar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Então, vamos votar."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Agora sim, tenho uma Saudação também apresentada pelo Partido Socialista."

Saudação PS "Centenário do Voto Feminino no Reino Unido"



Tomou a palavra a **Sra. Ana Elísia Monteiro** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Saudação.

Tem a palavra pela CDU, Rute Trindade por favor."

A Sra. Rute Trindade da CDU:

"A Bancada da CDU vai votar favoravelmente a Saudação do PS."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Outras intervenções? Alguém deseja usar da palavra? Não? Então votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tenho agora um pedido de intervenção para apresentação de uma Saudação, por parte do MIM, e dou a palavra a Sra. Membro da Assembleia, Maria Luísa Paulino, por favor."

A Sra. Maria Luísa Paulino do MIM:

"Boa noite a todos.

Quero apresentar cumprimentos a todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia, do Sr. Presidente do Executivo, os demais presentes na sala e comunicação social.

Portanto vou ler aqui algumas palavras da qual que achei que era importante deixar aqui esta referência e fizemos essa escolha, é o seguinte:

É uma Saudação ao Sr. José Calado. O Movimento Independente pela Mudança vem apresentar nesta Assembleia Municipal uma Saudação ao Sr. José Calado, na sequência do já anunciado nos diversos órgãos de comunicação social que foi eleito a figura do ano dois mil e dezassete no concelho de Palmela.

É sobejamente conhecido o trabalho realizado nestes recentes anos pretéritos, quer a nível social, económico e político.

José Calado, figura de relevo para o concelho de Palmela, viu dignificada e reconhecida a sua conduta há vários anos a esta parte, pautando as suas atuações nas diversas áreas em que esteve, e está envolvido, através do seu contributo, empenho, sabedoria, visão progressista, analítica e sobretudo um homem e cidadão deste concelho com enorme respeito pelo ser humano, tornando-se assim uma pessoa muito estimada e respeitada por todos.



Neste sentido. o Movimento Independente pela Mudança não podia deixar de modo algum fazer esta saudação na Assembleia Municipal de Palmela do dia de hoje, então desejamos as mais sinceras felicidades e a continuação de um trabalho exemplar que tem vindo a realizar e que nos tem habituado.

Congratulemos o José Calado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Já agora só para os Membros da Assembleia provavelmente os mais jovens neste Órgão, eu aproveito para explicar que nós não votamos, por princípio e por norma, quaisquer temas que tenham que ver com eleitos, sejam eles na nossa Assembleia, na Câmara Municipal, mesmo nas freguesias e, portanto, podemos fazê-lo distinções relativamente a outras pessoas, por princípio não fazemos relativamente aos eleitos, portanto este tema fica como uma, digamos, posição expressa na Assembleia, e constará da ata, pelo Movimento Independente pela Mudança.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não tenho outros pedidos de intervenção neste período, tenho? Ah, então tenho, tenho um pedido de intervenção da CDU é?"

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Nós subscrevemos o que disse a Sra. Presidente e por conseguinte não vamos falar sobre isto, mas registamos, e deve ficar registado em ata, como princípio que nós não alinhamos nisto para não aprofundar mais."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Então, continuando sobre outros temas neste período antes da ordem do dia, alguma questão?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Obrigado.

Tenho aqui algumas questões que tentarei colocá-las no mais breve período de tempo.

Primeiro nós reunimos com o Teatro o Bando, muito recentemente, que nos manifestou alguma preocupação quanto à sua continuidade, da sede, aqui no Concelho de Palmela e nós tendo em conta as dificuldades financeiras devido à diminuição dos apoios, tanto do Ministério da Cultura, como do subsídio que é dado pela Câmara Municipal de Palmela e nós gostaríamos de colocar a questão o Sr. Presidente da Câmara se esta questão poderá evoluir de forma positiva nos próximos tempos.

Depois tenho aqui uma questão que trata sobre a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal Como sabe, Sra. Presidente, este foi um assunto que nós abordamos no anterior mandato de descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal para as regiões, ou a freguesia, mais longe da sede do concelho, neste caso a União de Freguesias do Poceirão e Marateca, e, até ao momento, isso não se verificou. Eu apelo aqui, e faço também a questão, quando será possível fazermos a descentralização de reuniões da Assembleia Municipal que também permite a participação, uma maior participação, das populações mais longínquas e que têm dificuldade em deslocar-se à sede do concelho para assistir às reuniões?

Depois, outra questão Sra. Presidente tem a ver com a gravação áudio e vídeo das reuniões, ou das sessões, da Assembleia Municipal e, também, a divulgação na página de internet do município. Como sabe, no anterior mandato, o Bloco de Esquerda apresentou uma recomendação para que estas sessões fossem gravadas, tanto em áudio como em vídeo, para consulta de todos os munícipes do concelho sobre as questões que são aqui tratadas e isso até hoje não se verificou. Eu acho que era uma forma de nós podermos incentivar, também, a uma maior participação de todos os cidadãos e cidadãs do concelho de



Palmela, para que houvesse mais espaço, também, à democracia dos munícipes e para que possibilitasse, também, um decréscimo dos níveis da abstenção que têm sido verificados ato eleitoral, após o ato eleitoral.

Devo dizer ainda Sra. Presidente que, por exemplo, a reuniões de câmara já são elas gravadas em áudio e vídeo e são disponibilizadas através da internet, através do *Youtube*, por exemplo. Ainda neste fim de semana houve um evento organizado pela Câmara Municipal de Palmela, que foi uma eliminatória do concurso de bandas amadoras do concelho de Palmela, que foi gravado em vídeo e só a Assembleia Municipal ainda não é gravada em vídeo, portanto, nós achamos que a logística já existe, os meios também já existem, mas falta o último passo que é, efetivamente, isso acontecer a gravação de áudio e vídeo e a disponibilização na página do município.

Disse, Sra. Presidente. Obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Sras. e Srs. Membros, tem palavra agora o PSD/CDS."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu ontem, na reunião descentralizada da Câmara Municipal, pareceu-me ter ouvido o Sr. Presidente da Câmara dizer que os munícipes tinham disponíveis as atas das reuniões do executivo. Eu, parece-me que as atas do executivo, ou eu percebi mal, mas, já agora, esta afirmação que vou fazer tenho a certeza, as atas do executivo na página da Câmara não estão disponíveis muitas ainda relativamente a dois mil e dezassete. Efetivamente essas gravações que também houve uma altura que estavam indisponíveis também não se conseguia aceder a elas, portanto, aqui, recomendo que as atas do executivo, as nossas também já estão um bocadinho atrasadas mas não tanto, mas as do executivo estão com mais de um ano de atraso que, em termos de direito à informação dos cidadãos, considero grave, na minha opinião, portanto apelava ao Sr. Presidente que o executivo diligenciasse no sentido das atas do executivo da Câmara serem mais céleres. As nossas, mesmo assim, estão mais disponíveis que as da Câmara, ainda por cima eu percebo que a Câmara tem reuniões, praticamente, de quinze em quinze dias mas há maneiras de desgravar, como já aqui dissemos várias vezes, e, se calhar, o funcionário que está adstrito a fazer esse trabalho não consegue fazer isso, tem outros trabalhos e, talvez, até já tenha sido encontrada alguma solução para isso e era essa informação que eu pretendia do Sr. Presidente.

Agradecemos a resposta aos nossos requerimentos, de dezembro, que estamos a analisar e se tivermos alguma questão sobre os mesmos depois remeteremos por escrito.

Relativamente a algumas questões que nos foram enviadas, tenho aqui uma reclamação que diz respeito a saber a justificação do porquê das obras na Azinhaga de Mata-Mouros, em Brejos do Assa, estarem paradas há semanas e o trabalho feito nas bermas há cerca de dois meses também estar a ser partido e a estrada encontra-se fechada ao trânsito, aberta apenas para moradores que veem o acesso às suas casas condicionado, gostava que o Sr. Presidente desse aqui uma explicação a esta Assembleia.

Depois, também, relativamente à plataforma HUB10, que foi anunciada pela Câmara já o lançamento do concurso da primeira fase, também que gostaríamos de ver aqui referido pelo Sr. Presidente se a parte da segunda fase, a estrada já tinha uso público há muitos e longos anos com a intervenção da Câmara a tapar buracos e tudo mais, mas pergunto eu houve expropriação, houve desafetação para o domínio público, esse assunto está resolvido já? Segunda questão.

A terceira questão diz respeito a uma reclamação que enviámos para a Câmara relativamente à recolha de lixo nalguns circuitos. Como recebemos a informação por escrito dos circuitos e iremos analisá-lo guardaremos para a próxima reunião os nossos comentários sobre isso se os tivermos a fazer. Contudo uma reclamação específica que tínhamos de moradores da Urbanização do Golfe do Montado, recebemos uma explicação da Câmara mas a informação que temos dos moradores é que, como existe o hotel, os contentores que lá existem não serão suficientes para o hotel e moradores. É certo que também existem esses problemas noutras zonas do concelho, mas nas zonas onde existem unidades hoteleiras, uma vez que



estamos agora em franca dinamização do turismo, eu acho que há que ter esse cuidado. A informação que detemos é que o hotel teria quatro contentores, o que é claramente insuficiente, e depois muitas vezes recorre aos outros contentores que seriam destinados aos moradores e, portanto, não tendo aqui nenhum rácio ainda dos habitantes e tudo mais, eu penso que assim numa primeira abordagem junto das unidades hoteleiras há que analisar o reforço porque, efetivamente, estão com mais hóspedes, não é? Além disso, naquela urbanização, também são realizados ainda agora há uma semana, salvo erro, torneios internacionais. Então nós queremos mais turismo, é certo que o lixo lá está assim numa espécie de murado, não é, aquilo é um exemplo, mas as unidades hoteleiras e alguns estabelecimentos comerciais convém repensar-se nesse assunto porque está visto não chegam os contentores existentes.

Para além disso, também nos fizeram queixa, vá lá, reclamaram sobre alguns assaltos e falta de policiamento. Nós sabemos que a GNR não chega para tudo, mas uma vez que ainda ontem na reunião de Câmara descentralizada se falou na GNR e o Sr. Presidente disse que se iria reunir com o Comando Distrital, também requereram os moradores dessa urbanização e também noutros do Concelho, um mais intenso patrulhamento.

E para já é só."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Outras questões por favor neste período de antes da ordem do dia? Outros assuntos? Não?

Então eu pergunto ao Sr. Presidente se quer responder agora as questões colocadas ou se quer responder depois no período da sua intervenção?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente, preferia responder já e procurarei ser telegráfico e objetivo na resposta.

Permita-me, também, que cumprimente V. Exa., a restante Mesa, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, comunicação social presente, público e trabalhadores do município.

Primeira nota sobre a questão suscitada pelo Sr. Membro Assembleia Carlos Oliveira sobre o Bando. O Bando solicitou, e bem, pedidos de audiência a todos os grupos políticos. Nós temos reuniões frequentes com o Bando, temos um protocolo com o Bando há muitos anos, cada mandato fazemos um protocolo novo de acordo com a conjuntura, com o contexto, e com o dever e o haver, porque o Bando também tem e já dá bastante a comunidade mas tem que haver direitos e obrigações e o que lhe posso dizer sem entrar em pormenores, mas que também se acompanhar a Atividade Municipal já percebeu que o Bando para além da verba do protocolo, que não é um subsídio avulso, é um compromisso a quatros anos, haja o que houver aquele dinheiro está sempre garantido, já não é como outras coletividades nossas que estão um pouco sujeitas à contingência daquilo que se consegue meter no orçamento, isto é um contrato a quatro anos que sempre honrámos com o Bando. É certo que já há muitos anos houve outros valores, mas o Bando no mandato anterior foi, por exemplo, até no âmbito daquilo que nós temos no protocolo, a Companhia preferencial para os projetos do município em candidaturas a fundos comunitários como foi o caso do Almenara e, portanto, arranjar trabalho para o Bando também é uma forma de garantir a sua sustentabilidade económico-financeira. E, por último, dir-lhe-ia só que, no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e dezoito o Bando enviou um mail ao município a dizer que está de acordo com os termos do protocolo para estes próximos quatro anos, incluindo o ano de dois mil e dezoito, e esse protocolo tem verbas crescentes e que aumenta relativamente os apoios que têm sido dados anualmente.

Portanto, é o que lhe posso dizer, isto levar-nos-ia agora era a discutir a questão do apoio às artes em geral, que estatuto para as companhias profissionais, que estatuto para os grupos amadores, que regulamentos é que existem a nível nacional que fazem chantagem, e que mereceram o repúdio da Associação Nacional de Municípios, sobre os municípios obrigando a que alguns artistas, e produtores, e grupos profissionais e outros, para concorrer tinham que ter uma verba mínima das autarquias, portanto, eu considero até que um legislador que faz uma coisa destas está a intrometer-se na autonomia das autarquias e essa era outra discussão, mas creio que não teremos, se calhar, hoje, aqui, tempo e elementos para a fazer.



O município tem procurado criar todas as condições para que o Bando continue a ser, não só a Companhia Portuguesa de enorme referência nacional e internacional, como tem sido, também, já agora é preciso dizer aqui, a companhia mais subsidiada mesmo a nível nacional das que não têm intervenção do estado diretamente.

Cara Membro da Assembleia Dra. Rosa, atas, atraso, efetivamente verificam-se atrasos já em número significativo, não é um ano inteiro, porque há de reparar que tem lá atas de diversos meses, não estão é seguidas. As nossas atas, foi uma opção, são atas muito extensas porque procuramos ser fiéis àquilo que, efetivamente, foi dito e ao contrário de outros municípios não fazemos resumos, nem síntese, daquilo que foi deliberado, houve uma discussão, um disse mais isto, outro disse mais aquilo e votou-se, não, e procuramos fazer isso com grande rigor. Temos tido, de facto, dificuldade em ter gente exclusivamente afeta a essa tarefa e precisamente por isso, no início do ano, adjudicámos serviços de transcrição automática de atas e depois que tem que ter uma revisão, porque há muitas coisas que precisam ali de alguma aferição e até porque na transcrição automática o software, hoje, faz tudo mas há palavras que não reconhece e, portanto, é um esforço grande na mesma, deve haver aqui, pelo menos, duas ou três colegas na Câmara já não devem poder-nos ouvir porque aquilo são horas, imaginem o que é uma pessoa como nós temos tido afeta só aquilo, portanto o seu dia-a-dia é ouvir atas de manhã à noite e transcrever ou confirmar, e, com este software estamos já, aliás já foi notório nestas duas últimas reuniões de Câmara, a trazer já muito mais atas à aprovação e à medida que são aprovadas poucos dias depois o Centro de Documentação tem-nas disponíveis e o site da Câmara também.

Sobre a questão da Azinhaga de Mata-Mouros, a obra foi concluída dentro do *timing* da empreitada, mas devido a umas chuvas ocorridas antes do final do ano houve infiltrações no nível freático por via das valetas nas zonas onde elas são em terra natural e houve um fenómeno de abatimento por via das argilas numas zonas críticas. Naturalmente, o município acionou a garantia e a empresa tem estado a fazer as reparações. Admito, porque tenho visto a empresa a fazer outros trabalhos no concelho, que a empresa não esteja lá no local, porque eu próprio passei pelo local para procurar perceber como é que aquilo estava a evoluir a reparação e não vi empresa no local, e dei nota disso aos nossos serviços para que procurassem que aquele trabalho fosse concluído rapidamente.

Sobre o HUB10, penso ter entendido que a questão seria sobre a dominialidade da estrada, bom aquilo não foi uma operação de loteamento, como sabe, foi um emparcelamento ao abrigo de uma legislação de oitenta e seis, mas os caminhos públicos em última instância quem define a sua dominialidade são os tribunais, não é, nós temos definido para nós o que são caminhos públicos não só pelo seu usufruto há muitos anos mas, também, pela existência de infraestruturas e por ter havido da parte de quem o considera público, e quer ter a sua dominialidade, a sua conservação e reparação e, portanto, parece-me que é inequívoco que o caminho já é público e temos isso tudo devidamente enquadrado para em sede de candidatura, que esta outra fase vai ser candidatada até final de março, possa ter sucesso. Aliás posso, abusando aqui um pouco do vosso tempo e paciência, dizer-vos que ontem em visita à INTROSYS, SA., uma empresa de inovação tecnologia e desenvolvimento do nosso concelho que tem ganho prémios e que tem acrescentado, de facto, valor à indústria, quatro ponto zero, ao nosso concelho e ao país, tive oportunidade de ter sido convidado pelo Sr. Primeiro-ministro para acompanhar a visita e conversarmos sobre os desafios da empresa mas, também, tive oportunidade de lhe dizer qual é a visão do município para aquela zona do território e para aquela porta de entrada e tive a oportunidade de lhe mostrar o projeto, porque houve oportunidade para isso, e fomos felicitados pelo investimento que ali que vamos fazer no sentido, por um lado, de ajudar à melhoria das acessibilidades para um conjunto de empresas que ali se fixam, e outras que poderão vir a fixar-se, mas também para os trabalhadores e depois falta a outra componente que é a questão dos transportes que também estamos a tratar.

Quanto à questão dos contentores no empreendimento do Golfe do Montado para ter uma ideia, é evidente que o consumo também está associado um bocadinho ao poder de compra, o município tem sistematicamente, nos últimos anos, reforçado e até queria dizer arrumado a questão da recolha, do acondicionamento, porque houve no passado problemas até com a deposição, alguns estão dirimidos outros não, nós continuamos a assistir, e aliás assistimos ao vivo porque temos quem lá more, que há ainda cidadãos que entendem que não têm que sair do carro para ir abrir o contentor e pôr o lixo no contentor, mas foram colocados, substituídos de oitocentos por mil e cem litros, dez contentores de mil e cem litros. Agora quanto à questão do hotel que, de facto, também utiliza os contentores do domínio público, o hotel



tem contrato de recolha das unidades económicas não tem nada que utilizar os destinados aos restantes cidadãos do empreendimento, que têm um contrato individual, e foram notificados para aumentar o número de contentores porque as unidades económicas tem que ver com o número de vezes que querem a recolha e o número de contentores e, portanto, adquirem o contentor de acordo com as especificações que a autarquia dá e depois dizem que para esse contentor queremos que recolha uma vez, duas vezes, três vezes por semana e é isso que estamos a fazer. Basta apenas dizer que temos em concurso o procedimento para fornecimento de contentores, há umas dezenas de milhares de euros e que, naturalmente, assim que chegarem, até porque temos estado a substituir alguns queimados e vandalizados e roubam as rodas dos contentores etc., mesmo ontem vi vários sem tampa na zona rural, na Fonte da Vaca e na Carrequeira, temos previsto a substituição de uns quantos e naturalmente faremos o reforço sem deixar de responsabilizar a unidade económica para aumentar porque, também, as unidades económicas têm períodos do ano em que têm mais ou menos gente mas, felizmente, para nós, também, para os números do turismo, e para a economia do concelho é uma das unidades hoteleiras que tem estado com excelentes níveis de ocupação todo o ano, porque quem está nos países nórdicos gosta de vir cá nesta altura jogar golfe, porque isto para eles, mesmo quando nós estamos a tiritar de frio com a geada, é verão e andam ali todos satisfeitos e ainda bem.

Aproveitaria Sra. Presidente só para dar duas notas, sobre a questão do CROA naturalmente responderemos a todas as questões, com todo o rigor, com números, mas quero apelar também à leitura do documento, porque cada vez que há reunião do município o documento da informação municipal tem muitos dos dados que o Bloco nos está a solicitar, nomeadamente na página cinquenta e cinco.

Sobre a Recomendação, só uma nota, também a aceitamos como é normal, responderemos e explicaremos. Em primeiro lugar quero dizer que o mapa do circuito urbano e o circuito já passa, ou melhor, se calhar passava, na Diogo Cão e passava na Diogo Cão e infletia para a rua António Domingues Macau II, no meio daquele aglomerado de moradias no interior, que foi antigamente a Augi da Lagoa da Palha, e que tinha lá uma paragem a pedido de um pequeno grupo de moradores, e estas questões dos circuitos têm que ser monitorizadas com muita frequência. Estávamos a ter reclamações por causa deste desvio, a maior parte dos utilizadores, quer para as escolas, quer para as piscinas, sejam escolas do lado sul ou do lado norte, estavam a chegar atrasados e também monitorizamos, com os dados da bilheteira e do motorista, aliás, até por causa de reclamações dessas eu e a Sra. Vereadora fomos nessa semana viajar no autocarro por duas vezes e ouvimos as pessoas, é que quem pediu essa paragem, afinal, são pessoas idosas, utilizam o autocarro duas vezes por mês. No novo procedimento que está em concurso, aliás, o primeiro ficou deserto, estamos a repetir o procedimento, fizemos uma afinação no mapa e, certamente, vamos fazer isso que diz, contornar toda a Diogo Cão e a Pedro Álvares Cabral para ir depois para a rua do Mercado. Depois não interessa se é lá na esquina entre a Diogo Cão e a Pedro Álvares Cabral, sem é mais vinte metros ou trinta à frente, mas é para dizer que o autocarro sempre passou aí muito perto e que, às vezes, é necessário refletir para fazer mais um desvio, mais cem metros, mais duzentos metros, isso tudo somado em várias afinações que vão sendo feitas, ao longo do ano, prejudica, depois, o cumprimento dos horários e nas últimas vezes nós fizemos questão de distribuir horários mesmo ali ao minuto para que as pessoas possam contar com o autocarro quando, efetivamente, dele precisam se fizeram as contas com aquela passagem àquela hora. Faremos esse estudo e, certamente, iremos ao encontro na medida em que a questão já nos havia sido sinalizada.

Disse, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não havendo outras questões, neste Período de Antes da Ordem do Dia entramos na Ordem de Trabalhos."

Período da Ordem do Dia



A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para a informação sobre a atividade municipal."

PONTO UM — Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente em primeiro a pedir desculpa, pelo facto de logo a página da Atividade Municipal que capeia o documento, isto foi *copy paste*, exatamente, foi *copy paste* e, portanto, há aqui um erro, pedimos desculpa.

Relativamente ao conteúdo, ele está atualizado e procurámos ser mais sintéticos e por isso mesmo reduzimos a uma página e meia a Introdução e ficamos à disposição das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia para esclarecer outros assuntos que estejam no relatório.

Desde logo dar aqui o enfoque no contínuo investimento na rede do parque escolar com estas quatro grandes empreitadas em curso, a EB de Aires, que está praticamente concluída, a de Águas de Moura, em bom ritmo, a António Matos Fortuna que esteve atrasada, mas, felizmente, já está a recuperar e Cabanas. Mas, neste período, conseguimos concluir e aprovar o projeto de intervenção na Escola Básica de Brejos do Assa que, aliás, na última reunião de Câmara fizemos uma alteração ao orçamento para poder lançar já este procedimento, enquanto que o projeto, por exemplo, da ampliação do refeitório da Zeca Afonso ainda estamos com o projeto adjudicado em elaboração, portanto, para não perder tempo vamos já lançar a empreitada de Brejos do Assa. Mas estão também em curso, e outras já concluídas, importantes beneficiações na Joaquim José de Carvalho, na José Afonso, na Salgueiro Maia, que hoje visitámos precisamente as obras, e foi executado o projeto de beneficiação do logradouro da básica de Cajados, aliás, depois da visita que fizemos à freguesia, e ter confirmado ali algumas questões do local, aprovámos o projeto ele ainda estava numa fase de apreciação e finalmente aprovámos.

Na Ação Socioeducativa, que tem em conjunto quadros e de dados para consultar, eu daria apenas destaque àquilo que é novidade neste período que foi o arranque do segundo curso do Aprender a Nadar, que neste primeiro pelotão, deste período, já tocou mais de duzentos e trinta e oito alunos e alunas provenientes de dez escolas de quatro freguesias.

No Centro Histórico o destaque vai, por um lado, para a conclusão da Terra do Pão mas, também, para àquilo que está neste momento em curso, e em bom andamento, da requalificação da Rua Serpa Pinto. Foi entretanto concluído o programa base de requalificação do antigo Edifício Pal, tendo sido submetida a candidatura no contexto do plano de ação para a reabilitação urbana. Ainda no âmbito da reabilitação urbana, uma campanha em torno do plano municipal de incentivos para a reabilitação, que está baseado naquilo que são já as áreas, as ARU's - Áreas de Reabilitação Urbana, que aprovámos também neste Órgão, mas atenção que este pacote de medidas que foi aprofundado no mandato anterior, e que já existia desde dois mil e onze/dois mil e doze, ainda não são as medidas da operação de reabilitação urbana, porque a operação de reabilitação urbana no futuro vai englobar este programa e vai ter outro tipo de benefícios fiscais que a lei permite e até para depois poder haver, até em termos de metodologia da aferição das vistorias, da elevação do nível de qualificação dos edifícios, a possibilidade dos cidadãos, dos particulares, se candidatarem através do IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, para obras de beneficiação no seu edificado.

Também a propósito disto é importante chamar à colação porque, às vezes, aprovamos aqui isenções de IMI, penalizações, etc., e às vezes dizem: a gente nunca sabe o que é que isto dá em concreto, afinal, quantas pessoas são, não são, e foi interessante o Gabinete do Centro Histórico disponibilizar estes dados no relatório, foram identificados setecentos e trinta e seis imóveis passíveis de redução de IMI e, portanto, comunicámos isto à autoridade tributária por estarem em bom estado de conservação, mas vinte e cinco foram majorados por declaração de devoluto e oito em mau estado de conservação. O trabalho, efetivamente, foi feito para dar sequência e possibilidade daquilo que aqui aprovamos poder surtir efeito, ora beneficiando uns, ora penalizando quem não trata dos seus imóveis.



No domínio do Saneamento, eu destacaria aqui, há muitas obras de prolongamentos que estão em curso e até todos juntos até com valor de investimento considerável, sobretudo, ao facto de termos adjudicado a elaboração de projetos para quatro zonas de acordo com o nosso compromisso das Grandes Opções e do mandato, nomeadamente para Miraventos, Quinta Tomé Dias, Quinta das Asseadas que engloba uma parte de Aires e Padre Nabeto. Um outro projeto, sobretudo para a zona de Cajados, que nos vai permitir perceber quais são as zonas que podem ser ligadas numa primeira fase a Setúbal, na zona da Gâmbia, ou outra zona que possa eventualmente ir para o a estação de tratamento do Golfe do Montado, e, ainda, o projeto para a zona da avenida da Herdade em Lagoa da Palha, que é esta a designação, mas a zona muito mais longa são todos aqueles arruamentos que ficam para nascente e que poderá ir até à rua do Olival.

Ficaram concluídas neste período várias intervenções de beneficiação e remodelação da rede de abastecimento de água, aqui o destaque para uma importante reparação na zona dos Portais da Arrábida, também feita a ampliação e remodelação da rede, substituição de um troço da conduta elevatória Vale do Alecrim, Batudes, são operações importantes para a melhoria da pressão e do abastecimento. Foi, entretanto, adjudicada a infraestruturação da rua da Holanda na Lagoinha, há aqui outra coisa que não referi mas que destaco pela importância estratégica, o município está conjuntamente com mais três municípios da Península no grupo da frente daqueles que têm em desenvolvimento, e já aprovado na fase final, o plano de segurança da água que é muito importante ter instrumentos de monitorização de conhecimento da rede e esta questão do plano de segurança tem que ver com muitas coisas, até com a Proteção Civil também.

No Espaço Público, temos em preparação diversas empreitadas de requalificação e remodelação, mas douvos nota da conclusão de vários projetos de execução, nomeadamente da praceta João Coelho Possante, dos arranjos exteriores em Fernando Pó, da reabilitação dos logradouros nas traseiras da rua 25 de Abril e Infante Dom Henrique, mas podíamos falar também do largo José Maria dos Santos e outros, mas esse já foi depois do fecho deste período de relatório.

Na Cultura estamos a fazer um trabalho muito intenso de preparação de um conjunto de iniciativas e medidas no âmbito do Ano Europeu do Património. O conjunto de atividades que marcaram, também, este período prende-se com aquelas em torno da época natalícia com várias iniciativas que abrangeram diversas expressões artísticas, da música, dança, teatro, as festas de Natal, o presépio com personagens da história local, atração de visitantes e depois isto culminou com o ritual das Janeiras.

Neste período foi feita a segunda inspeção anual de todos os espaços de jogo e recreio, sob a responsabilidade das juntas e associações, e enviados os respetivos relatórios para as devidas ações preventivas ou corretivas verificadas em vários equipamentos e pisos de segurança.

No domínio da Rede Viária ficaram concluídas as pavimentações da Mata-Mouros, mas como sabeis foi acionada a garantia por isso é que a obra continua para reparar aquelas questões, a rua Constantino Loureiro no Poceirão, a 5 de Outubro em Cajados, foi entretanto adjudicada o HUB10, a primeira fase, também foi adjudicada a implantação de sinalização luminosa automática em vários locais do concelho, dois na freguesia de Pinhal Novo, um em Brejos do Poço, freguesia do Poceirão, depois muitas outras intervenções por administração direta em que as nossas equipas têm, de facto, limpo muitas intervenções que estavam em atraso e, também, dar-vos nota que neste período decorreu o concurso para a empreitada de construção da ciclovia que fará a ligação de Pinhal Novo à entrada do Montijo, só ainda na tem relatório final, podíamos ter aprovado esta semana que era interessante porque é a semana do Pinhal Novo, porque, também, enquanto que há procedimentos que ficam desertos, estes não há fome que não dê em fartura, recebemos vinte e uma propostas, de vinte e um concorrentes, e isto dá uma trabalheira mas teremos obra que é o que interessa.

No domínio da animação e promoção turística destacamos neste período, sobretudo a realização do Fórum de Turismo Criativo.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.



Sras. e Srs. Membros da Assembleia questões ao Sr. Presidente da Câmara? Tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sr. Presidente, na introdução fala nas obras de remodelação da rede de abastecimento de água na Urbanização Portais da Arrábida. Há pouco não me ocorreu perguntar se relativamente à questão que o Sr. Presidente uma vez aqui referiu sobre o Palmela Village e os problemas da água. Esta referência aos Portais e obras efetuadas têm alguma relação com o problema então apontado? E como está esse caso?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Tem a palavra a bancada do PS por favor, Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Gostava, não está o Lagarto, mas vou dizer à mesma, fugiu. Gostava de fazer aqui uma declaração de intenções, eu fui coordenador da Escola João Eduardo Xavier durante cerca de dois meses e gostava de manifestar o meu apreço pela forma como a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, quer os seus funcionários, quer o executivo, trabalhou com a escola durante aqueles dois meses, há mais um caderno de encargos Sr. Vereador Adilo para a escola mas agora já não estou lá, com certeza que farão chegar depois ao Município, portanto, era esta a primeira nota que gostava de deixar.

A segunda, tem a ver com o facto de relativamente ao IMI, eu li com atenção este pedaço e li também o relatório, como habitualmente o faço, continuo a não encontrar o número de imóveis que vão pagar IMI pela primeira vez. Enfim, estão aqui todos os passíveis de redução, os em mau estado, os inabitados, pronto, mas penso que seria altura de já haver esse número e de ele poder ser de alguma maneira apresentado, é fácil ter esse número, penso eu, pelo menos nos outros anos isso acontecia. Não, mesmo, eu sei que são do Centro Histórico, mas, globalmente, pronto, globalmente não é do Centro Histórico. Sim, eu sei, eu sei, mas eu vi o enquadramento com que o que ele está aqui, por isso é que faço esta intervenção não só esta.

Segunda nota, percebi que o valor daquilo que é o saldo de gerência a transitar para dois mil e dezoito cresceu significativamente entre as nossas conversas de cinco de dezembro, para preparação da Assembleia Municipal, e de vinte de dezembro aqui da própria Assembleia Municipal. Sempre nos foram apresentados valores na ordem dos quatro ponto oito milhões de euros em todos, enfim, nas nossas conversas em todos os documentos estão esses quatro ponto oito milhões de euros, quer no dia vinte de dezembro, quer no dia cinco de dezembro. Há um saldo, a fiar naquilo que diz aqui no relatório da análise da execução orçamental, de seis ponto um milhões de euros de saldo transitado, portanto, não executado durante o ano de dois mil e dezassete e transitável para dois mil e dezoito. A minha pergunta é, porquê? Porque é que aparece este um ponto qualquer coisa milhões de euros nesta fase final do ano?

Já agora, e pegando ainda nos números, as questões relacionadas com o IMT nós temos um orçamento de três milhões e meio de euros, temos neste momento concretizados novecentos e catorze mil euros, são vinte e cinco por cento sensivelmente destes três ponto cinco milhões, bom a este ritmo em abril superámos o que era orçamentado, com certeza que não é assim mas gostava de tentar perceber o que é que está na base deste crescimento grande neste primeiro mês do ano.

Depois, três ou quatro notas sobre a forma do relatório. Vamos hoje apresentar aqui, apresentar e votar, os representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, e tenho alguma dificuldade em perceber, estava aqui a tentar encontrar a página certa para vos remeter para ela, está aqui página trinta e um. Habitualmente o relatório apresenta sempre a fonte, que é a CPCJ, desta vez não apresenta e o que é facto, e é importante que todos aqueles que vão ser eleitos para representar a



Câmara Municipal, ou melhor, a Assembleia Municipal, porque a Câmara Municipal é representada por uma técnica que lá está a tempo inteiro do município, tenham noção exata de que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma entidade autónoma e quando aparece aqui Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, metido na sequência daquilo que é um Relatório da Atividade Municipal, sem que exista aqui uma fonte, a gente pode ser intuídos, ou levar a perceber, que isto é mais um Departamento da Câmara Municipal. Ora a CPCJ não é claramente um Departamento da Câmara Municipal, este é um retrocesso neste relatório porque habitualmente aparece em baixo uma notazinha que diz fonte, portanto esta nota.

Terceiro, Programa de Mecenas em Palmela é uma questão que tem acompanhado, aliás por comecei, estive ligado aos primeiros meetings de Setúbal do programa dos Mecenas, e Sr. Presidente vinte e dois projetos, quarenta e um mil euros, isto dois mil euros por projeto, parece que é tempo de repensar, efetivamente, como é que podemos fazer isto outra forma. Eu não darei sugestões, obviamente, não vou remeter-me para os outros municípios, e para a forma como os outros municípios fazem, etc., etc., mas não me parece claramente que este programa, o senhor saberá melhor que eu com certeza quais eram os objetivos que tinha inicialmente, esteja a cumprir aquilo para que foi criado e, portanto, dá-me ideia que há aqui que, enfim, fazer um "mea culpa" de alguma forma e tentarmos perceber o que é que podemos, efetivamente, melhorar, diferenciar e, de alguma maneira, melhorar em todo este programa.

Pela primeira vez de há uns anos, não sei se de há uns anos, mas pelo menos nos últimos dois anos a esta parte, temos um quadro de pessoal que é acrescido, ou seja temos treze aposentados e vinte e oito admitidos, o que é bom sinal, é uma nota que gostava também de deixar.

A última nota vai também para uma referência que é feita, quer na página trinta e quatro, quer na página setenta e seis do relatório, isto depois, é sempre complicado, porque quem faz, uns departamentos que fazem de um lado colocam, estou a falar do Natal em Palmela, de uma forma e depois o Viva o Natal em Palmela é agregado à animação e promoção turística, enquanto que na página trinta e quatro está o Programa de Desenvolvimento Integrado. Parece-me, também, que este foi um modelo que, eu estive dois dias e, portanto, não posso avaliar tudo mas o Senhor com certeza terá uma avaliação clara dos serviços em relação àquilo que foi o Natal, este programa do Natal em Palmela, e penso que é um outro fator que teremos que repensar o futuro, se queremos aquele modelo, se queremos trazer alguém, como é que trazemos as pessoas porque, aparentemente naqueles dois momentos, em duas tardes que aqui estive, não tinha praticamente ninguém, os insufláveis nem estavam a funcionar e havia ali algumas dificuldades claras em cativar, quer os habitantes, quer aqueles que vêm de fora e, portanto, dá-me ideia que quando fazemos algo procuramos ter retorno com isso, não é preciso ser retorno financeiro, mas é um retorno de agradar e de trazer em futuros momentos novas pessoas a Palmela.

E era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder a algumas questões colocadas."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza, Sra. Presidente.

Relativamente à questão, colocada pela Dra. Rosa Pinto, a designação está intervenção mas tem que ver, também, com a conduta que vem da Pelicano e que nós interviemos aí, a explicação é essa.

Relativamente aos comentários, e interpelação, do Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa bom, imóveis pela primeira vez, nós habitualmente procuramos quando isso nos é disponibilizado trazer esses dados em sede de discussão do IMI. Não tenho ideia disso, habitualmente, estar nos relatórios da atividade,



mas podemos aferir, mas quando tivermos esses dados temos todo o gosto em partilhá-los, até porque considere que eles têm que ser públicos.

O crescimento do saldo tem que ver precisamente com faturas e autos de medição, dantes as empresas tinham muita pressa em receber, agora nem parece que têm temos que andar atrás delas para apresentarem porque nós também queremos ter uma grande execução orçamental, Sr. Membro da Assembleia, queremos ter uma boa execução orçamental, felizmente temos dinheiro em tesouraria, felizmente temos dinheiro, e o senhor já conheceu outros contextos e, portanto, o que aconteceu em duas ou três empreitadas é que há um conjunto de autos cuja conferência, verificação e homologação só aconteceu em janeiro e, portanto, e mesmo coisas mais pequenas, apesar do nosso Diretor, e bem, fazer uma circular para toda a Câmara para a partir de uma determinada data tentarem afinar esta questão quer da contração de nova despesa, quer da recolha daquilo que há a pagar, isto no final do ano é sempre muito complicado e houve, de facto, alguns dias de tolerância e que prejudicaram aqui, se calhar, a introdução de algumas outras despesas. Aliás isto foi dito, e foi ontem aprovado uma alteração ao orçamento em que grande parte dos reforços também tem que ver com faturação transitada porque isto, depois, nalguns bolos entra para o ano seguinte, porque não foi pago no ano anterior, e aquilo que estava previsto para o ano seguinte já não vai chegar porque vai ser sobrecarregado com aquilo que vem no ano anterior e foi isso que aconteceu, olhe, pior para nós que gostaríamos de ter uma execução melhor.

A sua questão sobre o IMT só se quer que eu fale agui um bocadinho, porque o senhor sabe a resposta. Em primeiro lugar aquilo que orçamentámos no IMT é aquilo que de lei nos obriga a orçamentar ponto, é a média dos vinte e quatro meses. Que o IMT está a crescer, ótimo, ainda bem, espero é que forças políticas como o PSD e o PP, e também algumas áreas do PS que se estavam a deixar de tentar por isso, não acabem com esta receita importante das autarquias se querem que as autarquias reduzam outros impostos e taxas porque, de facto, isto tem implicações no território não só na receita, mas tem implicações no território também sobre outras coisas. Isso significa que o território tem boa imagem, e se vende, e é estratégico, e atrai e, de facto, tem havido muitos negócios, muita transação de propriedades, felizmente, que faz com que esta receita cresça. Eu creio que esta é a receita, e o Sr. Diretor tem-nos dito isto com frequência, mais impossível de prever, quer dizer há ciclos económicos que nós sabemos que está tudo em baixa e que isto vai descer, mas é impossível de prever porque IMI a previsão é cada vez mais objetiva, só há desvios com questões relativamente aos pagamentos do ano anterior que nós não conseguimos saber, coisas que estão em dívida há muitos anos e que vai sendo recuperado pela máquina fiscal. Quanto à Derrama, também, fazemos uma média que a lei obriga mas, temos, de facto, também surpresas sobretudo porque, também, não há transparência nas receitas que os municípios têm efetivamente de receber e que são arrecadadas pelo Estado Central, aspeto que a futura Lei das Finanças Locais vai ter em consideração segundo aquilo que nos foi dito no Congresso da Associação Nacional de Municípios, porque nós ficamos muito curiosos quando, de repente, nos retiram quinhentos mil euros da previsão do recebimento. Eu fico muito curioso quando temos dados das empresas que estão no concelho de Palmela, que aparecem nos rankings com volumes de negócios de grande exportações, etc., etc., e a Derrama continua a descer. Quer que eu lhe diga o que é que eu penso que se passa? São as deduções à coleta, porque são coisas que são determinadas pelo Governo e que não dão, não passam depois essa informação às autarquias e também sabemos que grandes investimentos, nomeadamente na Autoeuropa, que foram feitos com conjunto de benefícios e até de fundos comunitários e que depois permitem essa dedução à coleta e é por isso que nós estimamos que só lá a partir de dois mil e dezanove se comece a ver mais alguma receita na Derrama. Portanto, o IMT é aquilo que está a segurar a coisa, porque o IMI, como sabe, continua em desvio, aliás a execução que tivemos no primeiro mês lá está ele abaixo da previsão, a Derrama uma vergonha abaixo da previsão, o IUC- Imposto Único de Circulação também tem ali um ligeiro crescimento e, de facto, é o IMT que está a compensar a perda da média dos outros impostos.

Quanto o Programa Mecenas, Sr. Membro da Assembleia há muitas formas de fazer programas, nós consideramos que a nossa é correta, desde logo porque tudo aquilo que é contratualizado, e que é negociado, é numa base de transparência, vem a reunião de Câmara e não há assim coisas do género, aquela unidade comercial ou não sei o quê, o que é que pagou da Câmara, o que é que oferece à Câmara? Não isto não é um negócio, nós falamos com as empresas, são apresentados os projetos, aliás, a vereação foi convidada a estar no último encontro de Mecenas, sabe o trabalho que fazemos de promoção dos projetos, temos depois um conjunto de reuniões com várias empresas, naturalmente há umas que querem, outras que não querem, há umas que consideram que a sua responsabilidade social é de outra natureza,



nos dizem: "ah! nós preferimos pôr aí os trabalhadores um dia a pintar do que dar dois ou três ou cinco mil euros para este ou para aquele projeto...", nós continuamos a trabalhar no sentido de ano para ano vir a bater o record. Vamos ver como corre este ano, até porque o interesse relativamente ao conjunto de projetos que apresentámos, houve entusiasmo relativamente a alguns projetos. Mas, já agora, convém que saiba que em dois anos, que não corresponde ao trabalho de dois anos porque começámos tarde no primeiro ano que fizemos isto, arrecadámos perto de noventa mil euros. E há outro fenómeno ainda, é que este trabalho, às vezes, mas isto já não entra no Programa de Mecenas, é que abrirmos a porta, também, para outras entidades do concelho e isto é importante. Isso, naturalmente, não vem à reunião de Câmara se é pago diretamente a essa entidade, faço-me entender? Esses valores, não me cabe a mim aqui dá-los, mas sabemos o trabalho que temos feito para que o dinheiro em vez de vir para o município para ser investido em projetos municipais, mesmo naqueles que são em parceria com associações e outros agentes locais, se for diretamente para essas instituições são essas instituições que têm de passar o papelinho. Portanto, pensamos que o saldo é positivo, estamos sempre disponíveis, aliás em cada ano nós fazemos um refresh destas coisas aduzindo sempre novos objetivos, novos projetos e outras formas de atração dos Mecenas.

Quanto a questão dos dados da CPCJ, Sr. Membro da Assembleia, eu até vou aqui confessar que, em minha opinião, para mim podem desaparecer do relatório e fica apenas uma lista, uma linha a dizer participámos, se o seu problema é a questão da gente estar aqui a confundir a atividade do município com os números, etc., a gente, põe lá uma linha participámos em "x" reuniões, tivemos lá não sei quantos dias, damos as instalações, pagamos isto, pagamos aqueloutro e não sei o quê, e eles sobrevivem com os novecentos euros que vêm do Estado Central, mas eu creio que este dado é importante. Este dado, como outros, nós pensamos que são importantes, não nos queremos apropriar deles mas para que as Srs. e os Srs. Membros da Assembleia, que somos pessoas com responsabilidades políticas neste território, conheçamos o fenómeno. Eu não estou a apresentar trabalho, olhe quem me dera a mim que os dados lá estivessem todos a zero, eu espero não ter entendido mal a sua interpelação, mas teremos naturalmente cuidado na formulação se é isso que pretende que seja feito.

Ouanto ao Natal em Palmela, este foi um ano complicado até do ponto de vista do clima. Para já houve aqui um problema de comunicação é que algumas tardes que se pensou que o mercado tinha alguma animação a funcionar, não eram tardes de animação, não é. Mas podemos fazer melhor, nomeadamente também com parceiros locais e isso foi, nós temos o hábito de avaliar aquilo que fazemos e também temos autocrítica e para o ano seguinte, também com os contributos dos senhores e das senhoras, procuraremos fazer melhor. Mas foi um ano complicado, eu próprio estive cá com a minha família numa tarde em que nem ao pé de um vendedor de castanhas para aquecer a mão, quer dizer, mesmo com carrossel à borla ninguém queria lá estar, até o senhor do bar, coitado, tinha mais pedidos de chá, que não tinha, do que propriamente para vender imperial ou laranjada. É um projeto que também de ano para ano, pretendemos vir a melhorar com a inclusão de novos motivos de atrativo. Este ano experimentámos os divertimentos, mas procuraremos no futuro até porque, já falámos nisso, houve aqui um problema que gostaríamos de ter transportado até idosos, crianças, gente que está em instituições, que durante este período pudessem vir. Quando decidimos fazer isso, já tínhamos, e bem, os nossos motoristas a gozar férias marcadas por essa altura. Estou-lhe agui a dar uma explicação de pormenor só para dizer que pensámos nisto, não é? Porque é uma forma de aproximar também as pessoas do resto do concelho, algumas já tiveram oportunidade de vir cá ver isto, e se temos tido com algumas instituições este programa também daríamos a conhecer melhor esta animação, isto para o público interno, mas, de facto, porque os nossos motoristas têm necessidade de gozar férias e compensações nesta altura, porque depois começa o ano escolar estão ali a cem por cento, para não dizer quinhentos, quando fomos pensar nisso já não fomos a tempo. Achamos que a crítica é pertinente e temos, naturalmente, intenção de melhorar este trabalho também neste domínio.

Disse, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente. Sr. Membro da Assembleia, ainda sobre este ponto?"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:



Já houve uma altura em que vinha identificado a fonte da Comissão e, portanto, penso que isso é relevante, tudo bem.

Aquilo que disse relativamente ao valor que é recebido pela Comissão, não é correto, pela Câmara, são cerca de trinta e cinco mil euros ano, eu estava aqui à procura do valor exato, eu não tenho aqui também, mas é fácil, sim, sim, do valor que vêm."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Para nós entregarmos à Comissão?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mas Srs. Membros da Assembleia, desculpem lá, Sr. Presidente."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Falamos disso noutra altura, peço desculpa.

Só fazer esta retificação, não são os novecentos euros, o senhor falou em novecentos euros, são um valor muito diferente de novecentos euros, depois discutimos isso, exatamente, verificamos isso perfeitamente. Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem. Pronto então vamos passar..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Oh! Sra. Presidente já agora..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Oh! Sr. Presidente desculpe lá, não, não, sobre este tema não vale a pena, daqui a um mês estamos a discutir o relatório de atividade e nessa altura confirma-se os valores da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, está bem?

Hoje ainda temos que designar... ah! sim, sobre outro."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu só queria aqui uma pequena explicação, peço desculpa, mas há pouco esqueci-me de perguntar. Aqui no relatório, na gestão fundiária fala em pesquisa de terrenos disponíveis para hortas comunitárias em três freguesias, segunda fase, se o Sr. Presidente podia especificar melhor e pesquisa sobre terrenos para lar de idosos.

Há alguma explicação para isto? Era só uma especificação melhor sobre isto, assim não consigo perceber."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma questão sobre a atividade ou o relatório?

Então Sr. Presidente, sobre esta questão por favor."



O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente, é o que aí está escrito, a nossa Divisão de Administração Urbanística tem que pesquisar e vai o património fundiário, às cedências de alvarás, faz uma informação técnica, porque alguém mandou fazer isto, não é, é porque há intenção e, portanto, isso é relação do trabalho feito, fizeram a pesquisa para as hortas e sinalizaram e deram ao Vereador, ou à Vereadora, do pelouro a informação para depois decidir onde é que se faz a próxima horta, onde é que não se faz.

O mesmo em relação a terrenos para lar de idosos, porque vêm mesmo de particulares, de privados, não apenas de instituições, investidores que perguntam ao município se não tem, porque vez de comprarem noutro sítio estão disponíveis para comprar ou para protocolar connosco, porque nós, obviamente, não vamos dar lá nenhum terreno a nenhum privado e, portanto, isso é um trabalho corrente, olhe como eu posso solicitar, vejam lá se a e algum espaço disponível para um skate park ou para outra infraestrutura qualquer. O que lhe quero dizer é que o que aí está dito, é isso mesmo, não há ainda decisão nenhuma, quando houver isso nem vem no relatório é anunciado de outra forma.

É isso."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente.

Então Sras., e Srs., Membros da Assembleia, íamos passar agora ao ponto dois e eu pergunto ao Sr. Presidente se quer introduzir alguma questão sobre este tema ou se colocamos já aos Srs. Membros da Assembleia a questionarem."

O Sr. Presidente da Câmara:

"É a dos compromissos?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"É a lei dos compromissos, sim."

PONTO DOIS — Autorização prévia nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso)

O Sr. Presidente da Câmara:

"Peço desculpa Sra. Presidente, mas eu perdi aqui a proposta, em todo o caso eu procuraria resumir. Como é sabido, é hábito trazer a esta Assembleia esta autorização prévia, entretanto, ficámos na expectativa até por aquilo que acompanhava-mos da discussão da Lei do Orçamento do Estado, para dois mil e dezoito, que havia intenção de acabar com esta obrigação para as autarquias que efetivamente cumprem e partimos do pressuposto que não era necessário. Quando a lei é publicada apercebemo-nos que, ainda assim, temos de esperar até à aprovação da Prestação de Contas para poder ficar dispensados desta autorização. Portanto até à prestação de contas trazemos à Assembleia o pedido de autorização à semelhança do que fazíamos em anos anteriores, depois quanto ao procedimento, efetivamente, em curso é aquele que é habitual até porque a Assembleia tem acesso a esta informação em todas as sessões e relatórios, é esta a explicação.

Pensávamos que era desnecessário, mas depois..."

A Sra. Presidente da Mesa:



"Sr. Presidente, eu recordo que esta é a primeira vez que esta Assembleia vota e eu pedia-lhe que caracterizasse um bocadinho mais esta, aqui sim, vale a pena, ou seja é a primeira vez, do mandato que se iniciou em dois mil e dezassete, que votamos isto, portanto convém explicar o que é Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso quer fazê-lo ou quer..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Nesse caso, remeto os Srs. Membros da Assembleia para a leitura integral da proposta porque, penso, que, explica o que se trata."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Está bem, muito bem.

Então pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se tem alguma questão sobre este assunto?

Tem a palavra Sra. Membro da Assembleia, Maria Rosa Pinto, por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Realmente no relatório tem na última página a informação financeira, com base na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso sobre compromissos plurianuais e tem sido transido esta Assembleia.

Acontece que, às vezes, nestes relatórios, na designação dos compromissos (estou a dar esse exemplo dessa última página - pagamentos em atraso e compromissos plurianuais) tem a referência à entidade, mas noutros casos não tem. Por exemplo: Há um que diz - Aquisição de Serviços e tem a marca da gasolineira a quem se adjudicou. Nos outros casos diz só: prestação de serviço. Não sabemos quem foi adjudicado, só sabemos o valor. O relatório devia mencionar as entidades e o valor. Tudo com base no mesmo princípio, o da informação."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma questão por favor?

Não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer responder a esta questão?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Não, é só dizer que concordo com e que procuraremos no próximo os nossos serviços irão fazer isso, não tem nada de especial para nós."

O Sr. António Mestre da CDU ausentou-se da sala pelas 22:51 horas.

O Sr. Jorge Mares do PS ausentou-se da sala pelas 22:51 horas.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma questão sobre esse tema?

Eu peço desculpa só um bocadinho, acho que é importante, como o Sr. Presidente costuma apresentar as propostas eu confesso que descansei um bocadinho e neste tema concreto, desculpem lá passem-me esta proposta, acho que é importante nós gastarmos um minutinho com isto, porque esta é uma competência da Assembleia, repito, é a primeira vez que cá vem embora vá deixar de vir e eu essa parte é que não domino,



mas a partir do ano de dois mil e doze, não, pergunto ao Dr. Paulo Pacheco se me ajuda, eu acho que é para aí dois mil e doze, a lei dos compromissos é anterior? É dois mil e doze? A partir do ano de dois mil e doze, exatamente quando começaram a haver situações gritantes de dívida nas autarquias, provocada como sabem por uma alteração substancial que existiu no quadro das receitas e, enfim, de forma muito sumária teve que ver com a crise geral do país, as autarquias foram fortemente aguçadas por esta situação de terem, de facto, muitas dificuldades em fazer face aos seus compromissos.

Ora bem, surgiu na altura uma lei justa, ou injusta, que previa, exatamente, que tivesse que existir uma autorização inicial, era em cada ano, não é? Em cada ano? Uma autorização inicial das respetivas Assembleias para que todos os compromissos que surgissem ao longo do ano fossem, previamente, chamava-se a isto Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, porque era aplicado, eu acho que era independentemente e agora desculpem-me estou só fazer apelo à memória, isto é difícil, era independentemente da situação financeira de cada um, ou não? Ou dependia da situação de dívida? Peço ajuda ao Dr. Paulo Pacheco. Pronto não tinha que ver com a situação financeira dos municípios, e neste momento porque é que depende da aprovação da próxima conta de gerência? Peço desculpa, não percebi Dr. Paulo Pacheco. Portanto, a partir deste momento deixa de se aplicar, muito bem, há uma alteração, desculpem lá Srs. Vereadores senão não ouço, relativamente àquilo que era a lei de dois mil e doze.

Pronto, ok, desculpam lá, mas acho que é importante que isto era uma matéria que nos dava sempre um bocadinho de tensão e preocupação e esta é, de facto, a primeira vez que esta Assembleia se confronta com isso, não é? Pronto, ótimo, excelente por um lado que a lei tenha sido alterada, e excelente sobretudo que o município de Palmela tenha passado a esta outra condição de não precisar de o apresentar. OK, isto no fundo, lá está tinha que ver com alguma insegurança em relação à situação financeira dos municípios, não é? Que era todos os compromissos que tivessem impacto financeiro em anos seguintes tinham que ser previamente autorizados, independentemente do compromisso em concreto, era uma autorização em abstrato para aquilo que fossem compromissos que transitavam de ano, portanto, será em princípio, a última vez que nós vamos votar esta proposta, certo?

Então, Sras. e Srs. Membros desta Assembleia, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Proposta seguinte, Sr. Presidente por favor."

PONTO TRÊS — Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo; Proc^o: E-148/85; Local: Pinhal Novo

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente, a proposta seguinte tem que ver com o relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação. O requerente, e beneficiário, é a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, penso que é dispensável ler a proposta na medida em que todos reconheceremos o interesse público desta instituição do nosso concelho, não só pela missão, pelo serviço prestado à população e, de facto, uma vez que está a decorrer o processo para ampliação e requalificação do quartel e está tudo pronto, da parte do município, também já foi feita a deliberação final, esta questão da isenção, ou melhor do relevante interesse público, compete à Assembleia deliberar e é decisiva para podermos isentar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pinhal



Novo do pagamento de taxas, que só para terem uma ideia cifram-se em cento e oitenta e seis mil euros e mais gualquer coisa. O resto está a fundamentação na proposta e o enquadramento legal.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. Jorge Mares do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 22:55 horas.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta por favor, questões?

Tem a palavra o Partido Socialista, por favor."

O Sr. António Godinho do PS:

"Obrigado, Sra. Presidente, saúdo todos os presentes.

Realmente, como todos sabemos, a importância dos bombeiros é bastante grande na sociedade portuguesa e essa importância já vem de tempos longínquos dos primeiros tempos da formação de Portugal. Em mil trezentos e noventa e cinco, já por Carta Régia de Dom João I, "O de Boa Memória", foi criado o primeiro serviço de incêndios de Lisboa, nome pouco feliz, na minha opinião, mas que iniciava uma preocupação de combate aos fogos e dizia a dada altura o rei que em caso que se algum fogo se levantasse, o que Deus não queria, que todos os carpinteiros e calafates venham àquele lugar, cada um com seu machado, para haverem de atalhar o dito fogo. E que todas as mulheres que ao dito fogo acudirem, tragam cada uma o seu cântaro ou pote para acarretar água para apagar o dito fogo.

Felizmente que em seis séculos se melhorou muito o sistema de combate a incêndios, mas de qualquer maneira este foi o embrião que mais tarde viria permitir o aparecimento das primeiras companhias de bombeiros, nas quais se inscreve, naturalmente, os Bombeiro Voluntários do Pinhal Novo, cuja primeira direção tomou posse a um de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três e cujo primeiro quartel, parecenos um pouco realmente incrível, isto neste momento, nesta altura, foi um pequeno armazém do Comandante Batista na rua Vasco da Gama.

Felizmente, também, nesta área muito se progrediu. De então, para cá, a Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo foi-se constituindo como pilar de inquestionável importância para a vila do Pinhal Novo e para o concelho de Palmela, em geral, e a sua ação como todas as companhias de bombeiros vai muito para além do apagar dos fogos, o que seria já de si bastante importante como, aliás, se verificou bem patente no último verão. Desde tirar o gatinho do cimo da árvore que é um clássico, até o transporte de doentes, de pessoas feridas, de proteger pessoas e bens, os Bombeiros Pinhal Novo, realmente, têm uma importância muito grande e da maior relevância na vila e no concelho. É justo, portanto, que possam ser apoiados por quem de direito, tanto a nível fiscal como a nível de equipamentos e de outras necessidades.

A bancada do PS irá votar favoravelmente o requerimento dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, para a isenção do pagamento das taxas urbanísticas e compensações relativas ao pedido do licenciamento para ampliação remodelação do quartel e legalização do edifício existente, para que todos os dias os bombeiros possam cumprir sempre o seu lema "Vida por vida".

Disse, obrigado."

O **Sr. António Mestre da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 22:59 horas.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia, António Godinho.



Sras. e Srs. Membros da Assembleia, havia um pedido de intervenção do Bloco de Esquerda, dou a palavra ao Sr. Membro Carlos Oliveira, por favor."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu atrevo-me a dizer que arranjámos aqui mais um motivo para o MIM apresentar um Voto de Saudação à Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo, oelo menos coletiviza mais um bocadinho.

Dizer, ou transmitir, só que a bancada do Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Tem a palavra Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto PSD/CDS."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Nós só queremos afirmar aqui que já tem havido casos semelhantes nas associações de bombeiros, portanto, não é a primeira vez que aqui aprovamos isenções deste tipo e o nosso voto será favorável, como tem sido até aqui."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. Tem a palavra a bancada da CDU.

Sr. Membro da Assembleia, Domingos Rodrigues."

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

É só para dizer, e para descontrair um bocadinho, a gente não tinha dúvidas que íamos votar favoravelmente, mas depois de ouvir uma história tão profunda sobre os bombeiros ainda mais reforçou a nossa opinião para votarmos favoravelmente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

O Sr. Presidente estava aqui a precisar e, enfim, mas penso que, neste caso a proposta é clara, mas é importante sublinhar sim, que nós aqui reconhecemos, não deliberamos a isenção, não é, o interesse público, certo? Ou seja, confirmamos as características que a associação tem e o seu trabalho para merecer este reconhecimento.

Então, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:



"Passamos ao ponto quatro, Constituição da Associação Universidade Sénior, por favor Sr. Presidente."

PONTO QUATRO – Constituição da Associação Universidade Sénior de Palmela – Participação Municipal (com revogação da deliberação de 06/09/2017)

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Acerca deste assunto, a Associação da Universidade Sénior, a questão da participação municipal com revogação da anterior deliberação de seis de setembro de dois mil e dezassete, procurarei sistematizar as ideias base.

Como é sabido o município reconhecendo a importância da constituição no território de uma resposta socioeducativa estruturada, sustentável, pensada, e dinamizada com e para a população mais de idade de acordo com os seus interesses tem vindo, já ao longo de dois anos no mínimo, a mediar o desenvolvimento do projeto Universidade Sénior de Palmela com os parceiros locais. Eu gosto particularmente desta expressão mediar, porque o município desde sempre não quis tutelar ou fazer uma universidade sénior para que os restantes parceiros que trabalham com séniores, e não só, pudessem depois usufruir dessa resposta, quisemos fazer mediando e dando protagonismo também aos parceiros que se disponibilizaram para o efeito e tivemos sempre este este cuidado extremo, mas o Tribunal de Contas ficou desconfiado e já vos digo porquê.

Depois há aqui um conjunto considerandos que eu iria saltar, e dizer-vos que foi então acordada a constituição de uma associação particular sem fins lucrativos, sem fins lucrativos, repito, como entidade promotora da Universidade Sénior de Palmela e o município, não apenas por vontade própria mas pelos próprios constituintes acharam que o município deve ser um dos elementos fundadores e assim foi, disponibilizou-se para isso, trouxemos aqui o regulamento a reunião, etc., e trouxemos então ao órgão, a seis do nove, a aprovação da nossa participação que não chegou a produzir efeitos e que agui se pretende nesta proposta dar por revogada, à luz dos artigos que aqui são citados do Código de Procedimento Administrativo, porquanto o município optou entretanto por desistir do procedimento de obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas e apresentar um novo pedido de visto no mesmo desiderato mas num novo quadro deliberativo. Isto porque houve contactos e comecaram a surgir muitas dúvidas, mas o que é isso?, isso é uma empresa municipal?, só o facto do município participar já é uma empresa municipal, os senhores têm lá que tipo de participação? que tipo de ações? que é que pagam? como é que pagam? o que é que detêm? têm mais votos do que os outros?, etc. E claro, por prudência, esta questão foi revista e, portanto, tal justifica-se tornar patente estatutariamente ,para que não hajam dúvidas e no texto da documentação instrutória, que o município está vinculado a observar os regimes legais específicos no domínio das participações locais com sujeição à lei cinquenta de dois mil e doze, isto era o que o Tribunal de Contas pensava, e que estavam então para que assim não seia para este efeito considerado o município como entidade pública participante, designadamente que as obrigações derivadas nos artigos quinquagésimo sexto e quinquagésimo nono e por remissão dos outros artigos sequintes aqui na proposta.

Depois como já era a sua posição jurídica originária entendeu-se oportuno clarificar, documentalmente, conforme a nova redação dos estatutos e contrato escritura que aqui se propõe, que o município não apresenta uma posição dominante, nós somos igual entre iguais, aferida de acordo também com a legislação que a lei cinquenta também determina e impõe e, portanto, atuaremos sempre em situação de paridade com os demais associados. Assim ao nível, por exemplo, da assunção de encargos sociais, a responsabilidade do município fica circunscrita ao pagamento de quotizações, não contribuindo com quaisquer bens ou serviços para o património social da associação, nem respondendo financeiramente por dívidas desta, porque, de facto, noutras associações em que nós participamos, uma Associação de Municípios, uma Associação Intermunicipal, desta ou daquela área, nós podemos vir a ser, podemos vir não, somos sempre responsáveis também por dívidas dessas associações.



Portanto o que se propõe é que aprovemos, é que a Assembleia Municipal delibere a participação do município na constituição desta associação promotora da Universidade Sénior nos termos que, entretanto, constam neste projeto de estatutos em anexo e da minuta de contrato de associação, também em anexo, o que, depois, naturalmente, vai ter de ir mais uma vez a visto prévio do Tribunal de Contas, isso nunca nos passou pela cabeça que uma constituição de uma associação desta natureza tivesse estas implicações todas mas diz-me o Sr. Vereador Adilo, e bem, esta também é a única a nível nacional que assumiu este este modelo e, portanto, que alterações é que aqui estão?

Há aqui uma alteração do procedimento da própria validação, anteriormente ia da Câmara para o Tribunal de Contas e depois vinha à Assembleia Municipal, agora vai da Câmara para a Assembleia depois vai para o Tribunal de Contas. Há dois novos artigos, o número dois do artigo nono e o artigo décimo e, depois, há a melhoria da redação no número um da alínea h) do artigo oitavo, o número um da alínea a) do artigo décimo e o número três da alínea c), portanto, são pequenos melhoramentos para que não haja aqui equívoco nenhum.

Eu creio que, depois, isto é uma questão de explicação mais jurídica, mas, de facto, nós estamos proibidos de conceder empréstimos à associação, isso tem que ficar claro para o cumprimento da legislação, não podemos ter uma influência dominante, mas isso já nós tínhamos assumido desde início, já de início que era assim e, portanto, justificar que a associação se dedica à prossecução de fins de relevante interesse público local compreendido nas esferas das atribuições e competências e, portanto, que o endividamento da entidade participada, neste caso, não releve para os limites de endividamento municipal. Isto dito assim é um pouco árido, mas já agora, não isto que eu estava a dizer, não é, mas é só para explicar porque é que isto teve de vir aqui de novo.

Depois dar nota de quem são os participantes e os membros que integram o contrato de constituição, a Associação de Idosos de Palmela, o cidadão em nome individual Carlos Marques Taleço, a Fundação COI, a Junta de Freguesia de Palmela, a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, o Município de Palmela, o Rotary Clube, a União Social Sol Crescente da Marateca e estamos também a contactar com uma coletividade da Quinta do Anjo. Havia uma organização da Quinta do Anjo que, entretanto desistiu, não me recordo o nome, PATRIAE era a, organização chamava-se PATRIAE.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, é o que se me oferece dizer sobre o assunto neste momento."

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP ausentou-se da sala pelas 23:11 horas.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então, questões por favor?

Tem a palavra Partido Socialista, Sr. Membro José Manuel Silvério."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

Em relação a esta proposta, para a participação da autarquia na constituição desta associação, nós louvamos a iniciativa, eu pessoalmente, ao contrário do Tribunal de Contas, acho mesmo que devem de ser as autarquias e não entidades particulares a liderar estes projetos que são relevantes para os seus munícipes e ninguém melhor que os legítimos eleitos para dar respostas aos novos desafios dos tempos de hoje, até porque estas universidades têm sempre nas autarquias o seu principal parceiro, ou pela necessidade de algum envolvimento técnico, ou pelo apoio nos transportes gratuitos para visitas de estudo, ou para a disponibilidade de espaços de logística ou outros, mas, sobretudo, pela grande importância das autarquias em tornarem abrangentes estas universidades para que não sejam elitistas como na maioria dos casos.



Hoje há estudos em Portugal, e todos vocês podem consultar isso, que nos indicam que estas universidades contribuem para baixar alguns dos problemas e cada vez maiores da nossa sociedade, como sejam os casos de solidão, da depressão e da ansiedade dos nossos mais velhos concidadãos. Sabemos hoje que temos em Portugal mais de meio milhar de Universidades Sénior não tendo estas, na sua maioria, uma correspondência em número de alunos a frequentar as mesmas, não ultrapassando o mais de meio milhar destas universidades os sessenta mil alunos no total de todas estas universidades, o que é muito pouco.

A razão por que falo na importância das autarquias liderarem estes projetos tem a ver com o facto de, hoje, sabermos por estudos já publicados que estas universidades, em regra, têm como alunos apenas uma certa elite, o que não gostaríamos de ver no nosso concelho. Para terem uma ideia nos estudos existentes, em todas as universidades seniores já constituídas, algumas alguns anos no nosso país, não há a frequentar uma única pessoa analfabeta, em todas, mais de quinhentas universidades que nós temos sénior no nosso país, não há uma única pessoa analfabeta e mais de cinquenta por cento dos alunos, dessas mais de quinhentas universidades, são pessoas com percursos profissionais de carreira técnica com ensino médio completo ou mais e mais de vinte por cento desses alunos no total das mais de quinhentas universidades, têm o ensino superior, mas o objetivo de um projeto destes deverá ter também como horizonte a população idosa com menos recursos, quer financeiramente, quer de conhecimentos.

Diz-nos esta proposta apresentada aqui hoje pela autarquia que a mesma tem vindo a mediar, e acabou de ser dito pelo Sr. Presidente, o desenvolvimento deste projeto com parceiros locais tendo já, para o efeito, realizado diversas diligências junto de entidades com competências na área do envelhecimento e com vontade de participar nesta universidade.

Claro que gostaríamos de ver aqui na proposta que não está, foi-nos dito agora pelo Sr. Presidente, alguns eventuais parceiros que querem participar. Temos no concelho várias entidades que gostaríamos de ver já envolvidas e não sabemos nada sobre as que já estão, mas agora referenciaram aqui algumas, eu por exemplo, gostaria de ver as Comissões Sociais das Freguesias, gostaria de ver a Santa Casa de Palmela e na vertente do ensino, talvez esta a mais importante, estar já a haver contactos, que até podem já estar a haver, para ser criada uma bolsa de professores e formadores em regime de voluntariado onde estes possam vir a aceitar estabelecer acordos de compromisso com esta Associação.

Já para as atividades culturais, sociais e recreativas destes alunos somos um concelho polivalente e bem apetrechado, pois temos mais de cento e cinquenta associações, coletividades de cultura, de recreio, de desporto em funcionamento no nosso concelho que abrirão, com toda a certeza, as portas para transmitir os seus conhecimentos aos futuros alunos desta Associação.

Para terminar Sra. Presidente, em relação a estes estatutos, em relação a esta proposta, eu colocaria no artigo número sete, na página dois, na admissão dos associados, um terceiro ponto que definisse uma idade mínima para o beneficiário/utente de cinquenta e cinco anos.

Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sra. Membro da Assembleia Tânia Ramos."

A Sra. Tânia Ramos:

"Muito boa noite a todos os presentes, cumprimento todos em nome da Sra. Presidente.

Bom, depois da explicação do Exm^o. Membro José Manuel Silvério, bem, não sei bem o que hei-de de dizer, mas foi bastante elucidativa, deu-nos um bocadinho a ideia da quantidade instituições ou de universidades seniores que existem, como é que funcionam, e algumas das suas características mais específicas que são na realidade assim como o Membro explicou.

No entanto, o Bloco de Esquerda gostaria de parabenizar a participação do ponto de vista, como já explicou, de mediador, é de muito bom tom que estejam na criação de uma instituição como esta, que acima de tudo



promove a formação ao longo da vida, mas também está intimamente ligada numa forma direta de combater o isolamento e também situações de mais envelhecimento não tão saudável como é o isolamento social.

Por isso, o Bloco de Esquerda aprova e parabeniza toda esta participação que o executivo da Câmara teve. Disse, obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Srs. Membros da Assembleia há um pedido de intervenção da CDU, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, por favor."

O Sr. António Mestre da CDU:

"Boa noite a todas e a todos, Sra. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Sobre esta matéria, duas pequenas notas. Em relação à participação das Juntas de Freguesia o processo de adesão de há dois anos evoca aqueles que estão hoje neste processo, no entanto queria aqui reiterar a posição da Junta de Quinta do Anjo, até com a reativação da Comissão Social de freguesia e com a criação, também, de novos pólos de parceria na freguesia, de todo o interesse em aderir a esta universidade.

Era só, obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem agora a palavra o PSD/CDS, por favor.

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Efetivamente, se bem me lembro, a primeira abordagem de uma universidade sénior aqui no concelho, desde que eleita nesta Assembleia, foi no Conselho Municipal da Juventude onde houve uma senhora que foi apresentar um eventual interesse e que se realizou em Pinhal Novo e, inicialmente, até seria a ideia de Universidade Sénior nascer por lá, depois houve avanços diferentes com certeza. Em todo o caso também defendemos a Universidade Sénior, e se forem ver no nosso programa eleitoral, dele lá constava também essa medida.

No que diz respeito à assunção, ou não, de pagamentos e responsabilidades e encargos sociais, aí é que quando há dois juristas, às vezes, há duas opiniões, ou dois advogados. Eu aqui, pessoalmente divirjo porque, no meu entendimento, claro que os corpos gerentes são sempre as principais responsáveis mas se um dia houvesse algum problema, e fossem chamados os associados à responsabilidade, também era Câmara com toda a certeza. E é nesta parte que podemos divergir do ponto de vista legal. E é só, mas votaremos favoravelmente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tenho um pedido a intervenção da Sra. Presidente da da União das Freguesias de Poceirão e Marateca."

A Sra. Cecília Sousa da CDU:

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Também reiterar a vontade da União das Freguesias de Poceirão e Marateca de integrar nesta proposta, também, desta Universidade Sénior.

Obrigada."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Têm palavra bancada da CDU, Sr. Membro Joaquim Pires."

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Peço desculpa, preciso de um esclarecimento.

O Sr. Membro do Partido Socialista, Silvério, salvo erro, afirmou num dado momento da sua intervenção, que foi bastante interessante, que na admissão dever-se-ia ficar pelos cinquenta e cinco anos, foi isso que disse?"

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

"O aluno, o utente, o aluno..."

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Não pode ter mais que cinquenta e cinco anos, é isso?"

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

"Idade mínima. É que assim já posso entrar."

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Correto, é que fui eu que percebi mal.

De resto, congratular-me pela iniciativa."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim, continue, continue."

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Congratular-me pela iniciativa, naturalmente com todas as virtudes que tem é uma iniciativa que na prática permite também outras coisas como a realização mais profunda, ou continuação da realização mais profunda, do ser humano enquanto pessoa mais velha e, portanto, uma saudação e uma congratulação pela iniciativa e que ela surja e se concretize muito rapidamente. "

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, então penso que estamos em condições de votar nesse caso.

Sras., e Srs. Membros da Assembleia, quem vota contra."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).



O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP retoma participação nos trabalhos pelas 23:23 horas.

PONTO SETE – Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Juventude de Palmela;

PONTO OITO – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Local de Mobilidade;

PONTO NOVE – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela;

PONTO DEZ – Eleição de Representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela;

PONTO ONZE — Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela;

PONTO DOZE – Eleição de Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

PONTO TREZE — Eleição de Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal de Palmela.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Recordo que foram retirados os pontos cinco e seis e as demais propostas são todas elas relacionadas com a designação, a escolha, que a Assembleia Municipal tem que fazer relativamente aos seus representantes num conjunto diferente de órgãos.

Gostava de referir que logo no início do mandato, eu creio que ainda em novembro talvez, nós trouxemos a esta Assembleia uma proposta, que na altura eu disse que era um ato isolado e excecional e que era urgente por causa da realização do Congresso da Associação Nacional de Municípios, de designação dos representantes da Assembleia na Associação Nacional de Municípios. Recordo que a proposta apresentada, e aprovada na altura, constituiu como representantes da Assembleia, na Associação Nacional de Municípios, como Membro efetivo a Sra. Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca e como Membro suplente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

Só para nos contextualizar-mos esta foi até à data a única nomeação que a Assembleia fez. Entretanto, todas as representações que nós vamos aqui hoje aprovar têm que ver com o funcionamento de organismos, ou instituições, no concelho de Palmela, o que não quer dizer que sejam só organizações municipais. Isto é, quando nós falamos, por exemplo, de uma Comissão de Toponímia do concelho de Palmela estamos a falar claramente de uma comissão municipal, quando nós falamos, por exemplo, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, estamos a falar de uma organização que embora, neste caso, tenha caráter concelhio respeita uma lei nacional e, como sabem, nos demais territórios existem as respetivas comissões. Os próprios Conselhos, reparem, o Conselho Municipal de Juventude, o Conselho Municipal de Educação, são naturalmente municipais, isto é, acontecem aqui no território e no contexto do município de Palmela, mas estamos sempre, neste caso, a falar de órgãos constituídos por lei e que têm expressão igualmente nacional.

Então, feita esta pequena adenda ao conjunto das propostas, nós vamos votar individualmente e são propostas, que pelo facto de dizerem respeito a pessoas em concreto, cuja votação é por voto secreto e eu, se os Srs. Membros da Assembleia não se opuserem, propunha fazermos a votação conjunta.

Deixem-me dizer isto que é importante para quem está a primeira vez na Assembleia, nós vamos começar por votar o Conselho Municipal de Juventude. O Conselho Municipal de Juventude não é uma opção nossa, é por lei, e define que devem estar presentes em representação da Assembleia Municipal, um membro de cada partido ou grupo de eleitores representados na Assembleia. Isto quer dizer que mesmo as coligações têm direito, no caso deste órgão em concreto, a um representante de cada força política e é neste sentido que nós vamos ter aqui um representante do PCP, um representante do PEV, um representante do PS, um



representante do PPD/PSD, um representante do CDS/ PP, um representante do MIM e o representante do BE. A Assembleia Municipal vai designar, neste caso, vai escolher sete nomes para integrarem este Conselho e nesse sentido a proposta que aqui trago é que integrem o Conselho Municipal de Juventude de Palmela, os seguintes Membros: Em representação da bancada da CDU, pelo PCP Andreia Bento, pelo Partido Ecologista Os Verdes Cristina Moura, pelo Partido Socialista Ana Elísia Monteiro, pela Palmela Mais, pelo PPD/PSD Colin Marques, pelo CDS/PP Maria Rosa Pinto, pelo Movimento Independente pela Mudança Maria Luísa Paulino e pelo Bloco de Esquerda Tânia Ramos, esta é a proposta apresentada relativamente ao Conselho Municipal de Juventude.

Depois mudamos de tema e passamos para o Conselho Local de Mobilidade. No caso do Conselho Local de Mobilidade a Assembleia Municipal tem direito a um representante e neste caso a minha proposta é que o representante da Assembleia Municipal seja Jorge Manuel Marcos Freitas, neste cas da Bancada do Partido Socialista. Recordo que não estará lá em representação do Partido Socialista, é o representante da Assembleia Municipal, está também? Desculpem se é excessivo, mas eu acho que para os Membros que pela primeira vez estão nestas coisas, nós vamos falar de muitos Conselhos, das Comissões, muitos Órgãos na próxima reunião, vamos estar aqui a falar das comissões internas de trabalho da Assembleia Municipal e eu acho que vale a pena estas pequenas notas que podem parecer repetitivas mas, neste caso, creio que não são.

No caso da Comissão de Toponímia, a proposta é que o representante da Assembleia Municipal seja Carlos Manuel da Silva Oliveira da Bancada do Bloco de Esquerda.

Aproveito para dizer só que, nestes casos de representações individuais, no anterior mandato o Conselho Local de Mobilidade era representado por António Mestre, não era Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, neste caso foi indicado pela Assembleia Municipal e era proveniente como sabem da bancada da CDU e portanto, neste mandato a nossa proposta, a minha proposta, neste caso é que a representação recaia sobre o Jorge Freitas. No caso da Comissão de Toponímia, já disse que a nossa proposta é o Carlos Oliveira do Bloco de Esquerda e a representação da Assembleia no mandato anterior foi desempenhada pelo Joaquim Caçoete da bancada da CDU.

Continuando, passamos para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela. Reparem que até à data nós estamos a falar de Comissões que têm como condição que os representantes sejam Membros da Assembleia Municipal. Depois quando entramos na Comissão de Crianças e Jovens de Palmela, há uma característica diferente nesta instituição, neste caso a nossa representação é constituída por quatros elementos, quatro pessoas, e eu aproveito para dizer que seria possível nós encontrarmos uma proposta constituída por quatro Membros da Assembleia, mas seria possível, eventualmente, que os nossos representantes pudessem ser pessoas fora da Assembleia Municipal, isto é uma regra, não nossa, como é evidente, mas de lei e decorre da constituição das próprias comissões. Neste caso foi possível a Assembleia designar, mas vamos imaginar que no seu seio considerava que não tinha pessoas com apetência especial para esta Comissão, que é uma Comissão com muitas particularidades, e que fora da Assembleia existiam várias pessoas com características muito relevantes para este facto. Neste caso a Assembleia podia apresentar aqui e eleger pessoas que não fossem seus eleitos, portanto, é uma situação particular do conjunto das Comissões e dos Conselhos para os quais aqui designamos representantes. Repito que a nossa escolha recaiu sobre Membros da Assembleia, é nesse sentido que eu apresento uma proposta mas a Assembleia pode continuar a sugerir à Comissão, isto depende é um ato que até pode ser um ato individual de qualquer um de nós, nomes de pessoas a serem cooptados, certo? Naturalmente que no caso das pessoas individuais deve ser apresentado um currículo e justificada a razão da proposta, no nosso caso não. Nós somos um Órgão e automaticamente os nossos eleitos não têm que ser justificados, digamos assim, ou justificado o seu currículo para lá estarem, no caso de qualquer indicação que algum de nós entenda fazer isso pode acontecer apenas devendo juntar um currículo, ok? Pronto, então, continuando, a proposta que eu apresentava à Assembleia é que os nossos representantes sejam: Maria Dulce Marques da bancada do Partido Socialista, Maria João Camolas da bancada da CDU, Mário Baltazar da bancada do MIM e Teresa Marta Joaquim da bancada do PSD/CDS. Recordo que por maioria de razão, porque os três primeiros Membros são eleitos na Assembleia pela primeira vez, mas no caso da Teresa Marta Joaquim ela é repetente na Comissão em dois mandatos tem sido indicada sempre pela Assembleia, certo? Portanto, tem sido indicada pela Assembleia ou seja representante da Assembleia com outros Membros que já cá não estão.



Assim, a Dulce, a Maria João Camolas, o Mário Baltazar e a Teresa Marta, é a proposta de equipa para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.

Temos um outro órgão, neste caso, o Conselho Municipal de Educação. No caso do Conselho Municipal de Educação, o anterior representante da Assembleia, desculpem, aqui outra particularidade é que o representante da Assembleia deve ser um Presidente de Junta. No anterior mandato, o nosso representante era o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Manuel Lagarto, e a minha proposta é que continua a ser o Sr. Presidente a representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação.

Depois passamos para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, que no anterior mandato e agora aqui estou na dúvida se isto é uma alteração de lei ou não? E, não é? Sim, não tinha sido uma opção nossa ter só um representante era mesmo de lei. No caso desta Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios é isto mesmo, nós tínhamos um representante que era na altura o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, Valentim Pinto, e agora com esta alteração de lei podemos designar, e estamos mais uma vez perante representantes que provêm das Juntas de Freguesia, até cinco representantes. A minha proposta, é que designemos os nossos quatro Presidentes de Junta para integrarem esta comissão.

Finalmente, o último Órgão que temos que preencher é o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal de Palmela. Aqui, mais uma vez, a representação deve ser feita pelos Srs. Presidentes de Junta. No anterior mandato era o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, Fernando Baião, que nos representava e a minha proposta é que continue a ser o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, neste caso Jorge Mares, que represente a Assembleia Municipal.

Este é o conjunto das representações aqui apresentadas.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia, se têm alguma questão de forma, ou outra? Não havendo, proponho a votação."

PONTO SETE — Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Juventude de Palmela

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

Representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Juventude de Palmela

Andreia Sofia Dias Bento
Cristina Maria Palhinhas Moura
Ana Elísia Gonçalves Monteiro
Colin Michael Mateus Marques
Maria Rosa Pinto Bôcas
Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino
Tânia Sofia Barroso Ramos



PONTO OITO – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Local de Mobilidade

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

Representante Assembleia Municipal para integrar o Conselho Local de Mobilidade

Jorge Manuel Marques Freitas 28 (vinte e oito) votos a favor 3 (três) abstenções

PONTO NOVE — Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

Representante Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela

28 (vinte e oito) votos a favor

Carlos Manuel da Silva Oliveira 1 (um) voto contra

2 (duas) abstenções

PONTO DEZ — Eleição de Representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

Representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela



Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques

Maria João Camolas Contente Caleira

29 (vinte e nove) votos a favor

Mário Rui Faustino Baltazar

2 (duas) abstenções

Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim

PONTO ONZE — Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela

Manuel Joaquim Fernandes Lagarto

28 (vinte e oito) votos a favor

3 (três) abstenções

PONTO DOZE — Eleição de Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

<u>Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta</u> Contra Incêndios

António Manuel Caeiro Mestre

29 (vinte e nove) votos a favor

Cecília Maria Cordeiro de Sousa

1 (um) voto contra

Jorge Manuel Cândido Mares

1 (uma) abstenção

Manuel Joaquim Fernandes Lagarto



PONTO TREZE — Eleição de Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal de Palmela

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

<u>Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal</u> de Palmela

26 (vinte e seis) votos a favor

Jorge Manuel Cândido Mares

3 (três) votos contra

2 (duas) abstenções

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete